

**CORREIOS DE CABO VERDE, S. A.**

# Relatório & Contas 2015

**Junho 2016**



## Conteúdo

ÓRGÃOS SOCIAIS .....	3
DIRECÇÕES E REDE COMERCIAL .....	4
1. ENQUADRAMENTO .....	6
2. NEGÓCIOS .....	7
2.1. Sector Postal .....	7
2.2. Filatelia .....	8
2.3. Serviços Financeiros .....	8
2.4. Prestação de Serviços a Terceiros .....	9
3. DESENVOLVIMENTO DO NEGÓCIO .....	10
4. SUPORTE AO NEGÓCIO .....	11
5. RECURSOS HUMANOS .....	11
6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA .....	13
6.1. Situação Económica .....	13
6.2. Situação Financeira e Patrimonial .....	20
7. EVENTOS SUBSEQUENTES .....	22
8. PERSPECTIVAS FUTURAS .....	22
9. AGRADECIMENTOS .....	23
10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	24
11. ANEXOS .....	25
11.1. Demonstrações Financeiras .....	25
11.1.1. Balanço .....	25
11.1.2. Demonstrações de Resultados .....	26
11.1.3. Demonstração de Alterações de Capital Próprio .....	27
11.1.4. Demonstrações de Fluxos de Caixa .....	28
11.2. Anexo às Demonstrações Financeiras .....	29
11.3. Parecer de Auditoria .....	63
11.4. Parecer do Fiscal Único .....	64



## Órgãos Sociais

Assembleia-geral:

Dr. Oliver Melo Araújo – Presidente da Mesa da Assembleia-geral.

Dr. Emiliano Lopes Delgado – Secretário da Mesa da Assembleia Geral.

Conselho de Administração:

Dra. Alita Gomes Dias – Presidente do Conselho de Administração

Dr. Adelino dos Santos Lopes da Silva - Administrador Executivo

Dr. Nuno Miguel Santos Almeida – Administrador Executivo

Fiscal Único:

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.,  
representada por Dr. Carlos Manuel Sim Sim Maia



## **Direcções e Rede Comercial**

### **DIRECÇÕES**

1. Unidade de Gestão Financeira: Eunice Barbosa
2. Unidade de Recursos Humanos: Alirio Barros
3. Unidade de Serviços a Clientes: Jassica Tavares

### **CHEFIAS DAS AGÊNCIAS**

1. Plateau: Dulfiano Keita Fernandes
2. Fazenda: Mário Carvalho
3. A.S.A.: Maria Augusta Amado
4. S. Domingos: Luís Artur
5. Órgãos: Eunice Santos
6. Picos: Luís Boaventura S. Pina
7. Assomada: Luís Boaventura S. Pina
8. Achada Falcão: Luís Boaventura S. Pina
9. Tarrafal de Santiago: João Francisco Vaz
10. Calheta de S. Miguel: Maurício Fernandes
11. Pedra Badejo: Águeda Landim
12. Cidade Velha: António Pedro Borges
13. Maio: Gracinda Tavares Duarte
14. Sal Rei: Oscar Nascimento
15. João Galego: António Rafael
16. Mindelo: Jailson Rocha
17. R. Bote: Sandra Monteiro
18. Monte Sossego: Filipa Machado
19. Porto Novo: Francisco Xavier
20. Paul: Carla Onorina
21. Ponta do Sol: Nelsa Dias
22. Ribeira Grande: Silvéria Morais
23. Cuculi: Linda Maria Vitória
24. Tarrafal S.Nicolau: Vanusa Vieira
25. Ribeira Brava: Emanuela Araujo
26. Espargos: José Ramalho
27. Santa Maria: Conceição Cruz
28. S Filipe: Raquel Gomes
29. Cova Figueira: José António Abreu
30. Mosteiros: António Anilton Pires
31. S. Jorge: Raquel Gomes
32. Nova Sintra: Boaventura Vicente





## 1. Enquadramento

O ano de 2015 fica marcado por uma ligeira melhoria do ambiente de negócios, facto este patente nos resultados alcançados pela empresa, não só no domínio económico-financeiro mas igualmente ao nível da implementação do programa de reestruturação e do Business Plan.

Com efeito, os Resultados Líquidos, pese embora ainda em terreno negativo, conheceram uma melhoria considerável ao registarem uma diminuição 61.16% (53.830 contos) relativamente ao ano de 2014, tendo fixado nos 34.188 milhões de escudos negativos.

Para tal terão contribuído, a melhoria dos resultados da Caixa Económica, a redução da participação no Novo Banco e o conseqüente impacto dos resultados deste, nas contas consolidadas da empresa e a redução dos custos de exploração, com destaque para Custos com Pessoal e Provisões que no conjunto, registaram uma diminuição de 67.700 contos face ao exercício anterior.

No tocante ao desenvolvimento do negócio, 2015 fica marcado pelo lançamento do serviço de Caixa Postal Electrónica - Morada Certa. Mais do que um serviço, a introdução do conceito CIP e da plataforma tecnológica que suporta a sua gestão, constitui o esteio de toda a mudança e forma de operar que os Correios estão a implementar no sentido da materialização do novo posicionamento estratégico definido. Com este serviço, a empresa espera não só minimizar os constrangimentos da ausência de toponímia, mas também, alavancar o desenvolvimento de novos serviços, alguns dos quais tiveram o seu início ainda em 2015.

No que se refere a investimentos de Suporte ao Negócio, os esforços estiveram centrados no desenvolvimento e consolidação de projectos iniciados em 2014.



## 2. Negócios

A actividade dos Correios de Cabo Verde consubstancia-se em três grandes áreas de negócio:

- Serviços Postais
- Serviços Financeiros
- Prestação de Serviços a Terceiros

Complementarmente a empresa detém uma carteira de investimentos financeiros, em sectores como a banca, telecomunicações e seguros, e que concorreu em 20% para o rendimento total em 2015.

### 2.1. Sector Postal

Em 2015, foram tratados de 921.742 objectos, o que representa um aumento na ordem dos 1,5% em relação ao ano de 2014. Em termos quantitativos, esta oscilação traduziu-se num aumento global do tráfego, em cerca de 14.009 objectos.

Deste, 31,25% consistiu no tráfego doméstico, 34,07% no tráfego de importação e 34,07% no tráfego de exportação.

A quantidade de objectos acima descrita, constituiu a Carga Postal transportada, tratada e distribuída, num total de 165,74 Toneladas, que a somar à percentagem dos reencaminhamentos internos, ronda as 256 Toneladas. Em termos quantitativos, o peso transportado registou uma variação negativa de 18,9%, ou seja, menos 60 Toneladas.

No que concerne à tipologia do tráfego, constatamos um ténue aumento do tráfego doméstico na ordem dos 1,6% e que se deve em grande medida ao aumento do tráfego de encomendas que registou uma variação positiva de 1234%, passando de 80 objectos em 2014 para 1.067 em 2015, fruto da dinamização comercial que vem sendo impressa ao serviço.

O tráfego proveniente de outros países (internacional inbound) registou uma inversão da tendência ao crescer 4,8% em número de objectos, crescimento este, que não foi acompanhado em termos de peso, que registou uma variação negativa de 15,6% relativamente a 2014, o que fez com que o peso médio por objecto passasse das 426g em 2014 para 344g em 2015. Este facto reflecte de certa forma a alteração do perfil dos objectos, que começam a ser maioritariamente provenientes do comércio electrónico, onde o peso médio por objecto se situa abaixo dos 2kgs.



O tráfego postal internacional de saída (internacional outbond) registou uma descida marginal, na ordem de 1,6% na quantidade de objectos mas que em termos de peso representou uma queda de 29%.

A tendência demonstra, grosso modo, e à excepção do tráfego de saída, uma oscilação positiva nas quantidades a contrastar com uma redução no peso total tratado, na ordem dos 16,1%.

## **2.2. Filatelia**

A actividade Filatélica em 2015 centrou-se essencialmente na emissão de selos, num total de 5, sendo duas no formato de selo promocional, e cuja temática principal foi a celebração de aniversários de diversas instituições e eventos, com destaque para a comemoração do 40º Aniversário da Independência Nacional:

- Celebração do 25º Aniversário da AICEP
- Celebração do 40º Aniversário da Nações Unidas em Cabo Verde
- Celebração do 70º Aniversário da FAO
- Celebração do 40º Aniversário da CEDEAO

Concomitantemente, e com intuito de promover a arte filatélica e a actividade postal junto dos mais jovens, foram realizadas várias actividades com destaque para o concurso epistolar anual da UPU, visitas de estudo de alunos de escolas básicas aos Centros de Tratamento de Correios e uma Oficina Filatélica na Feira da Palavra 2015.

Foi igualmente assinado um acordo de representação com a empresa Algirdas Satiras, para divulgação e comercialização dos nossos produtos nos principais eventos filatélicos internacionais.

## **2.3. Serviços Financeiros**

Não obstante o aumento da concorrência e a entrada de novos operadores no mercado, as transferências de dinheiro mantém-se, como o serviço de maior rentabilidade, concorrendo com cerca de 12% para os rendimentos totais da empresa.



Do portfólio de acordos, contabilizam-se os estabelecidos com a MoneyGram, Money Express, Money Exchange e Eurogiro, o que dá aos Correios uma cobertura global dos principais corredores e mercados emissores.

Em termos de valores, em 2015, registamos um ligeiro aumento do montante transaccionado, cerca de 2,77%, que passou dos 2,8 para 2,9 milhões de contos. Este aumento deveu-se essencialmente ao aumento das emissões cujo crescimento foi 19,5%.

Contrariamente aos exercícios anteriores em que registaram-se taxas de crescimento expressivos, os Pagamentos registaram uma quebra de 1,53%, facto que deveu-se à “redução abrupta dos preços” feita pelo principal concorrente da MoneyGram, nos países emissores com maior expressão, designadamente Portugal e Estados Unidos.

Constata-se igualmente, e não obstante alguns sinais de retoma económica nos países emissores, o mercado das transferências tende a atingir a maturidade, e com a proliferação de operadores, estima-se que nos próximos anos, a margem de crescimento será cada vez menor e a concorrência baseada no preço tenderá a reduzir a rentabilidade por transacção;

Em sentido oposto, tem vindo a evoluir o serviço de transferências domésticas, Vale Electrónico, que em 2015 registou uma quebra do volume transaccionado na ordem dos 42,5%, comparativamente a 2014, tendo-se totalizado 59,7 mil contos. Este facto reflecte, em certa medida, a massificação da utilização dos meios de pagamentos electrónicos e em particular das transferências bancárias, via rede vinti4 e internet banking.

#### **2.4. Prestação de Serviços a Terceiros**

Confirmando o que já se vinha antevendo dos exercícios anteriores, a tendência decrescente da rubrica de Prestação de Serviços a Terceiros, tende a acentuar-se como se pode constatar pelos valores registados em 2015, cujo total de receitas registou uma quebra de 3%.

Ainda assim, o serviço contribuiu para 17% das receitas da empresa, permitindo desta forma rentabilizar a rede de balcões.



### 3. Desenvolvimento do Negócio

No tocante ao desenvolvimento do negócio, 2015 fica marcado pelo lançamento do serviço de Caixa Postal Electrónica - Morada Certa. Mais do que um serviço, a introdução do conceito CIP e da plataforma tecnológica que suporta a sua gestão, constitui o esteio de toda a mudança e forma de operar que os Correios estão a implementar no sentido da materialização do novo posicionamento estratégico definido. Com este serviço, a empresa espera não só minimizar os constrangimentos da ausência de toponímia mas também alavancar o desenvolvimento de novos serviços, alguns dos quais tiveram o seu início ainda em 2015.

Comercialmente lançado em Julho de 2015, o serviço terminou o ano com 7.770 adesões e mais de 1.100 utilizações, o que representa 1,17% dos objectos distribuídos/entregues.

Outro marco importante foi o lançamento da campanha de encomendas, cujo impacto ao nível do tráfego doméstico traduziu-se no aumento do volume de objectos processados em cerca de 1.234%.

Adicionalmente e ainda na vertente comercial, foram levadas a cabo um conjunto de iniciativas, de entre as quais se destacam a disponibilização de novos meios de contactos aos clientes, acções promocionais de recrutamento de aderentes a Morada Certa, revisão dos preços visando a sua adequação aos diversos segmentos de clientes.

No que se refere à rede balçães, procedeu-se à redução do horário de funcionamento do posto de João Galego – Boa Vista e ao encerramento do de São Jorge na Ilha do Fogo.



#### **4. Suporte ao Negócio**

No capítulo do suporte ao negócio, os esforços estiveram centrados no desenvolvimento e consolidação de alguns processos e ferramentas com destaque para:

- O SGP – Sistema de Gestão Postal, plataforma que suporta o serviço de Morada Certa e uma série de outros processos operativos
- Aplicativos de gestão dos serviços de transferência de dinheiro e
- Início do projecto de migração do IPS Light para IPS Post.

Procedeu-se igualmente ao reforço da segurança de algumas unidades da rede através da instalação de sistemas de alarmes e reforço dos sistemas de gradeamento.

#### **5. Recursos Humanos**

Em 2015, deu-se continuidade ao processo da reestruturação do quadro de pessoal, com a segunda edição do programa de pré-reforma a que aderiram 4 colaboradores, perfazendo um total de 22, num universo de 34 potenciais candidatos inicialmente previstos.

Assim a 31 de Dezembro de 2015, os Correios contavam com um total 199 colaboradores efectivos, dos quais 180 no activo e 19 em reforma antecipada.

Aos 180 no activo acresce ainda um total de 7 colaboradores em regime de contrato de cedência de pessoal, solução adoptada pela empresa para fazer face às saídas para pré-reforma. Trata-se de uma solução com a mesma garantia de qualidade e menor custo e que dá uma maior flexibilidade na gestão do pessoal nas áreas de atendimento e operacional.

O número total de efectivos registou uma diminuição de 6,4% relativamente a 2014, que era de 213 colaboradores.

A idade média dos trabalhadores em 2015 manteve-se inalterada, 47 anos, concentrando-se a maior parte, cerca de 41%, na faixa entre os 40 e 60 anos, contra os 50,2% de 2014, o que começa a evidenciar o impacto do programa de reestruturação do quadro de pessoal.



No que se refere ao nível de habilitações, começa-se a evidenciar igualmente alguma alteração da composição da estrutura, onde os indivíduos com 12º ano, num total de 52, já ultrapassam os com a 6ª classe, que anteriormente representavam em valor absoluto, o maior contingente, totalizando, em 2015, 43 efectivos.

Ainda assim a percentagem de colaboradores com habilitações inferior a 12º ano constituem a maioria do efectivo, cerca de 60,8% contra os 39,1% com habilitações igual ou superior a 12º ano de escolaridade.

Quanto à formação, destacam-se duas acções: uma integrada no projecto de migração da aplicação IPS Light para IPS Post, ministrada pelos CTT e que envolveu um total de 20 colaboradores e outra na área fiscal relacionada com o novo código de imposto sobre rendimentos das pessoas singulares e colectivas, abrangendo 4 participantes das áreas Financeira e Recursos Humanos. Complementarmente registou-se a participação de um colaborador nas acções ministradas pela AICEP e que teve lugar em Lisboa.



## **6. Análise Económica e Financeira**

A análise económica e financeira que se apresenta sintetiza, os resultados alcançados pelos Correios bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de Dezembro de 2015. Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas apresentadas.

As demonstrações financeiras foram apuradas de acordo com o Novo Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF) que entrou em vigor através do Decreto-Lei 5/2008 de 4 de Fevereiro.

Este exercício foi marcado pela melhoria do resultado líquido e de todos os indicadores económicos e financeiros.

### **6.1. Situação Económica**

#### **Resultados**

Os Correios de Cabo Verde, SARL, encerraram o exercício económico de 2015 com um resultado líquido negativo de 34.188 contos, contra o montante de 88.018 contos negativos do ano anterior, o que representa uma melhoria de 61.16% (53.830 contos) face ao ano de 2014.

O EBITDA atingiu o valor de 8.290 contos negativos contra o valor de 65.713 contos negativos do ano anterior, representando uma evolução positiva de 87.38% (57.423 contos).

O resultado operacional em 2015 foi de 42.330 contos negativos contra 96.125 contos negativos em 2014, o que traduz um aumento de 55.96%. (53.795 contos).

Este resultado ficou a dever-se sobretudo à redução das provisões para riscos e encargos relacionadas com a reestruturação do pessoal em cerca de 50 000 contos.

No quadro seguinte estão representados a evolução dos resultados dos últimos três anos (valores expressos em contos).



RUBRICAS	2015	2014	2013	Δ 15/14	Δ% 15/14
Vendas e Prestações de serviços	237 429	237 663	236 569	(234)	-0,10
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	63 805	16 095	6 811	47 710	296,43
Subcontratos	(11 424)	(12 226)	(9 185)	802	-6,56
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	(11 701)	(9 922)	(12 063)	(1 779)	17,93
<b>Resultado operacional bruto</b>	<b>278 109</b>	<b>231 610</b>	<b>222 133</b>	<b>46 499</b>	<b>20,08</b>
Fornecimentos e serviços externos	(71 545)	(69 478)	(67 629)	(2 067)	2,97
<b>Valor acrescentado bruto</b>	<b>206 564</b>	<b>162 132</b>	<b>154 504</b>	<b>44 432</b>	<b>27,40</b>
Gastos com o pessoal	(211 359)	(231 682)	(223 253)	20 323	-8,77
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(7 719)	(3 740)	(1 563)	(3 979)	106,38
Provisões (aumentos/reduções)	1 139	(50 272)		51 411	-102,27
Imparidade de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	(11 515)			(11 515)	100,00
Aumentos/reduções de justo valor		(101)	(4 261)	101	-100,00
Outros rendimentos e ganhos	30 090	74 507	30 176	(44 417)	-59,61
Outros gastos e perdas	(15 491)	(16 557)	(7 456)	1 066	-6,44
<b>Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos</b>	<b>(8 290)</b>	<b>(65 713)</b>	<b>(51 853)</b>	<b>57 423</b>	<b>-87,38</b>
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	(34 040)	(30 412)	(32 329)	(3 628)	11,93
<b>Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)</b>	<b>(42 330)</b>	<b>(96 125)</b>	<b>(84 182)</b>	<b>53 795</b>	<b>-55,96</b>
Juros e ganhos similares Obtidos	8 702	8 345	9 508	357	4,27
Juros e perdas similares suportados	(559)	(238)	(200)	(321)	135,04
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>(34 188)</b>	<b>(88 018)</b>	<b>(74 874)</b>	<b>53 830</b>	<b>-61,16</b>
Imposto sobre o rendimento do período					
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(34 188)</b>	<b>(88 018)</b>	<b>(74 874)</b>	<b>53 830</b>	<b>-61,16</b>



## Rendimentos e Ganhos

Os Rendimentos e ganhos apresentam a seguinte composição de acordo com a sua natureza:

Rendimentos e Ganhos	2015	2014	2013	Δ 15/14	Δ% 15/14
Vendas de Produtos	7,253	8,812	9,798	(1,559)	-17.69
Serviços Correios	126,279	123,685	125,641	2,594	2.10
Vales Postais/Transferencias	41,051	39,750	28,220	1,301	3.27
Serviços Telefónicos	3,511	4,177	4,878	(666)	-15.94
Serviços de Terceiros	59,336	61,239	68,034	(1,903)	-3.11
<b>Rendimentos Suplementares</b>	<b>17,892</b>	<b>18,490</b>	<b>15,659</b>	(598)	-3.23
<b>Rendimentos nos Investimentos Financeiros</b>	<b>69,641</b>	<b>86,229</b>	<b>38,738</b>	(16,588)	-19.24
<b>Variacao das Provisões</b>	<b>1,139</b>			1,139	100.00
<b>Outros Rendimentos</b>	<b>6,362</b>	<b>4,308</b>	<b>6,655</b>	2,054	47.68
<b>Ganhos de financiamento</b>	<b>8,702</b>	<b>8,345</b>	<b>9,509</b>	357	4.28
Total	<b>341,166</b>	<b>355,035</b>	<b>307,132</b>	(13,869)	-3.91

Os rendimentos e ganhos globais sofreram uma redução de 3.91% (13.869 contos) face ao período homólogo. As rubricas Serviços dos Correios, Transferências e Outros Rendimentos em relação ao ano de 2014, aumentaram 2.10%, 3.27% e 183.15%, respectivamente.

A rubrica Variação das Provisões compreende o aumento das provisões em 13.616 contos referentes à reforma negociada com 4 trabalhadores em 2015, 2.124 contos referentes ao efeito anual do desconto e à redução de 13 287 contos referentes a pagamentos de pré-reforma efectuados em 2015 e 3.593 contos relativos a um trabalhador inicialmente contemplado com reforma antecipada e que em 2015 passou para a reforma por invalidez.

Apesar do aumento da quota-parte dos resultados da participação na Caixa Económica mensurada pelo Método de Equivalência Patrimonial, verifica-se uma diminuição nos investimentos financeiros em 19.24% que é explicada pelo efeito registado em 2014 da cedência ao Estado de 50% da participação dos Correios no capital social do Novo Banco.

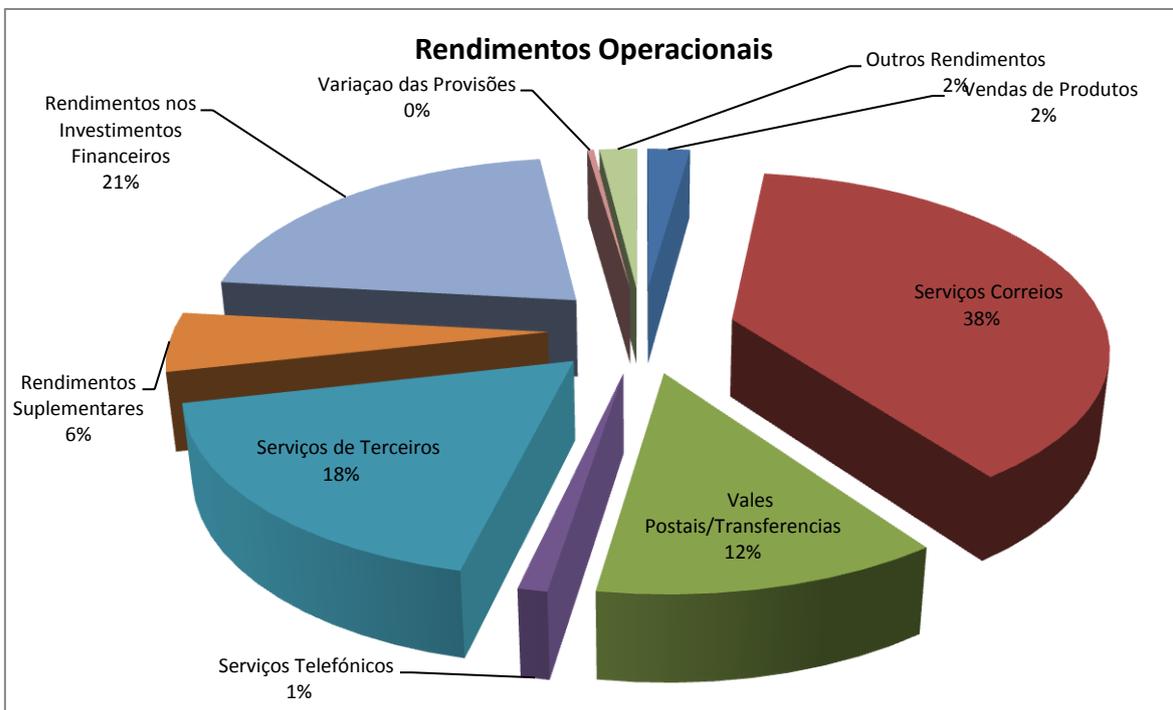
Os rendimentos provenientes de Vendas de Produtos, Serviços Telefónicos e Serviços de Terceiros decresceram 17.69%, 15.94% e 19.24% respectivamente.



Compõe a rubrica de serviços de Correios os serviços prestados com envio, recepção e distribuição de correspondências, encomendas postais e Express Mail; e a rubrica de Serviços de Terceiros, as comissões pela prestação de serviços a Instituições e Empresas, a saber: Centro Nacional de Pensões, Cabo Verde Telecom, Garantia,

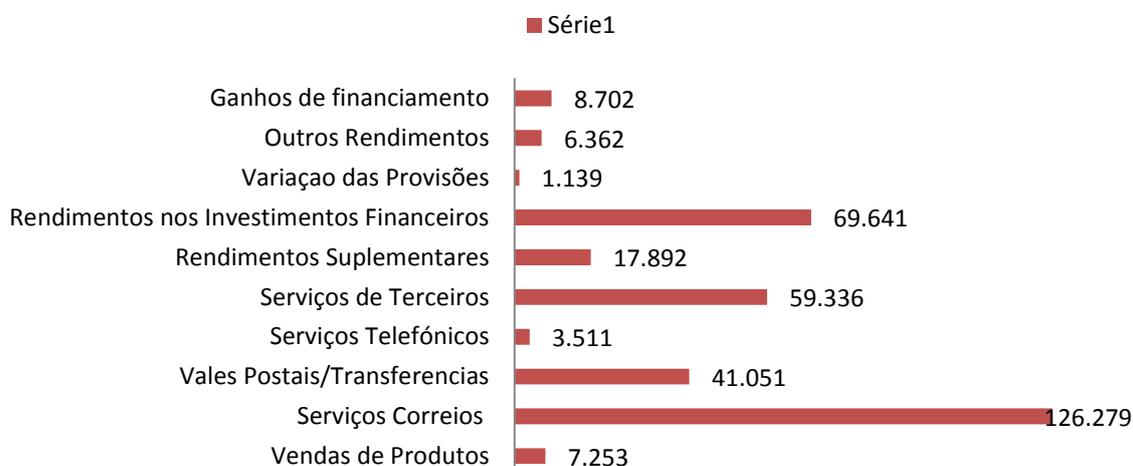
Direcção Geral das Alfandegas, Electra, Caixa Económica de Cabo Verde, Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária, Caixa Geral de Depósitos e Novo Banco.

Os gráficos abaixo espelham o peso de cada uma das rubricas no cômputo total.





## Rendimentos e Ganhos Valor em contos



É de se destacar que os rendimentos provenientes dos serviços dos Correios continuam sendo aqueles que mais contribuem para o volume de negócio da empresa, constituindo, em 2015, 38% dos rendimentos totais.

Importa referir a significativa dependência da empresa em relação aos rendimentos provenientes de Serviços de Terceiros e de Investimentos Financeiros, que conjuntamente representam 39% dos rendimentos totais.

### Gastos e Perdas

Os Gastos e Perdas em 2015 atingiram o valor de 375.353 contos face aos 443.053 contos de 2014, registando uma redução de 67.700 contos (15.28%). Contribuíram para este decréscimo as seguintes rubricas: Gastos com o pessoal em 20.323 contos e Provisões em 50.272 contos. É de se destacar o aumento dos gastos nas rubricas Fornecimento e Serviços Externos em 2.067 contos e das perdas por imparidade em 3.979.

Com relação ao programa de pré-reforma, em 2015 aderiram 4 colaboradores, contra os 18 em 2014, o que, conjugado com os pagamentos de reforma efectuados em 2014, contribuiu maioritariamente para que as provisões aumentassem em 2014 em 50.272 contos e em 2015 reduzissem em 1.139 contos.



Os Gastos e Perdas totais apresentam a seguinte composição de acordo com a sua natureza:

Gastos e perdas	2015	2014	2013	Δ 15/14	Δ% 15/14
Gastos mercad. Mat. Consumo	11,701	9,922	12,063	1 779	17.93
Subcontratos	11,424	12,226	9,185	(802)	-6.56
Fornecimentos e Serviços Terceiros	71,545	69,478	67,629	2 067	2.98
Gastos com o Pessoal	211,359	231,682	223,253	(20,323)	-8.77
Gastos de Depreciação	34,040	30,412	32,329	3 628	11.93
Perdas por imparidade	7,719	3,740	1,563	3,979	106.39
Provisões		50,272		(50,272)	-100.00
Gastos por redução de justo valor		101	4,261	( 101)	-100.00
Imparidades em investimentos financeiros	11,515	18,425	24,065	(6,910)	-37.50
Outros Gastos e Perdas	15,491	16,557	7,456	( 1 066)	-6.44
Perdas de financiamento	559	238	200	321	134.87
Total	<b>375,353</b>	<b>443,053</b>	<b>382,004</b>	<b>( 67 700)</b>	<b>-15.28</b>

**Gastos de Mercadorias Vendidas e Consumidas:** Os gastos de Existências Vendidas e Consumidas aumentaram em 1.779 contos em relação ao ano anterior.

**Subcontratos:** Esta rubrica diminuiu em 6.56%, ou seja, cerca de 802 contos reflexo da correcção das estimativas dos anos anteriores referentes aos serviços prestados as Administrações Postais.

**Fornecimento e Serviços de Terceiros:** O Fornecimentos e Serviços de Terceiros evidenciaram um aumento em relação ao ano anterior de 2.98%. As rubricas que mais contribuíram para este aumento são: Publicidade e Propaganda (3.214 contos) e Trabalhos Especializados (1.484 contos).

**Gastos com o Pessoal:** Os Custos com o Pessoal em 2015 representaram 57% do total dos Gastos e atingiram o valor de 211.359 contos. Acusaram uma redução de 20.323 contos (8.77%) contos relativamente ao ano anterior, justificado pelo impacto do programa de pré-reforma.

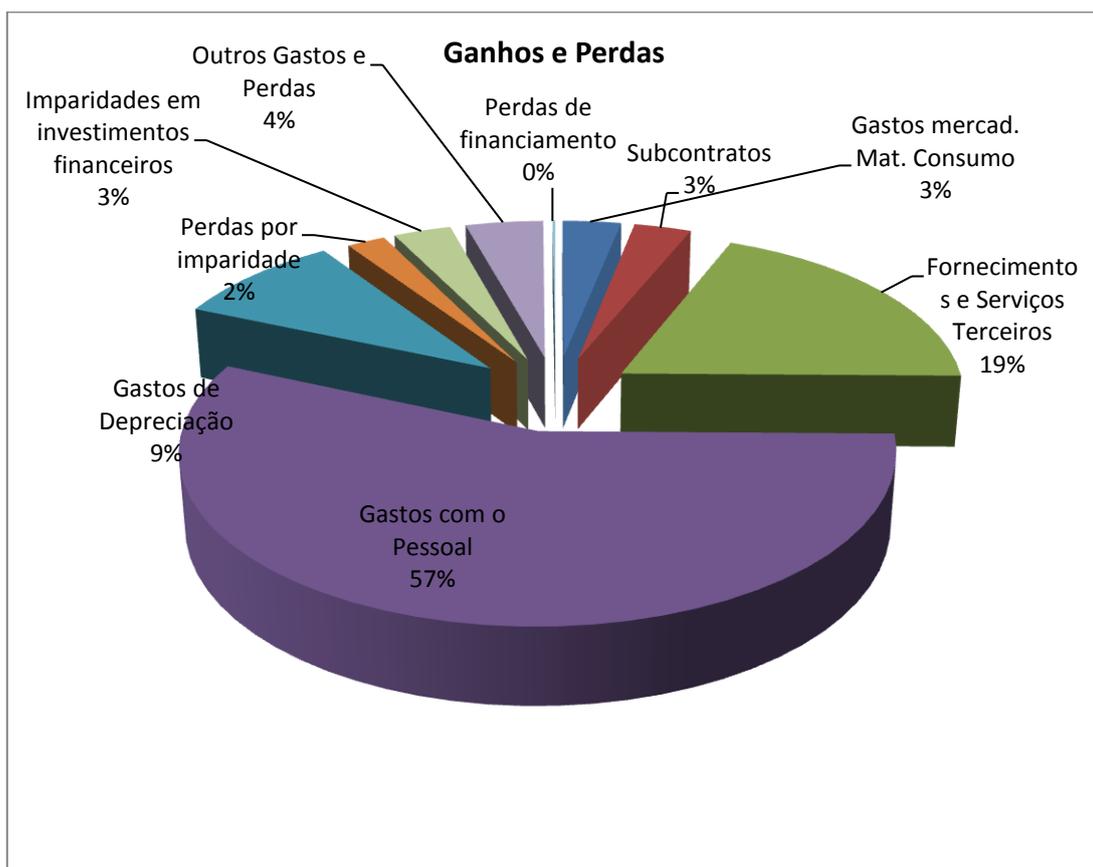
**Perdas por Imparidade em valores a receber:** Acusaram um aumento de 3.979 contos. Relacionam-se, essencialmente, com diferenças encontradas nas disponibilidades de várias Agências.



**Imparidades em investimentos financeiros:** representam o reconhecimento de imparidade relativa à participação detida pelos Correios no Novo Banco, face ao capital próprio negativo estimado para 2015.

**Outros Gastos e Perdas:** Na rubrica outros gastos e perdas inclui o valor de 1.480 contos referente ao apuramento da tributação autónoma nos termos do novo código de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRPC)

O gráfico abaixo apresentado ilustra o peso de cada componente na estrutura dos gastos em 2015, destacando o peso dos Gastos com o Pessoal, com 57%, Fornecimento e Serviços de Terceiros, com 19%, Imparidades em investimentos financeiros com 3% e Depreciações com 9%.





## 6.2. Situação Financeira e Patrimonial

## Balança

<b>BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>Δ 15/14</b>	
(Valores Expressos em milhares de Escudos)	<b>Valores</b>	<b>Valores</b>	<b>Valores</b>	<b>Valores</b>	<b>%</b>
<b>ACTIVO</b>					
<b>Activo não corrente</b>					
Activos fixos tangíveis	211.917	240.667	267.134	-28.750	-11,95
Activos intangíveis	9.683	12.230	6.158	(2 547)	-20,83
Participações financeiras - MEP	627.679	600.679	614.524	27.000	4,49
Participações financeiras — outros métodos	41.011	41.011	41.112	0	0,00
Outras contas a receber		1.121	1.150	(1 121)	100,00
Outros activos financeiros	4.000	4.000		0	0,00
<b>Total do activo não corrente</b>	<b>894.290</b>	<b>899.708</b>	<b>930.078</b>	<b>-5.418</b>	<b>-0,60</b>
<b>Activo corrente</b>					
Inventários	18.676	22.821	23.534	(4 145)	-18,16
Contas a receber	172.812	157.807	167.722	15.005	9,51
Diferimentos	308	260	326	48	18,46
Outros activos financeiros	22.000	16.500		5 500	33,33
Caixa e depósitos bancários	194.382	202.564	267.065	(8 182)	-4,04
<b>Total do activo corrente</b>	<b>408.178</b>	<b>399.952</b>	<b>458.647</b>	<b>8.226</b>	<b>2,06</b>
<b>Total do activo</b>	<b>1.302.468</b>	<b>1.299.660</b>	<b>1.388.725</b>	<b>2 808</b>	<b>0,22</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>					
<b>Capital próprio</b>					
Capital realizado	300.000	300.000	300.000	0	0,00
Reservas	694.173	694.173	694.173	0	0,00
Ajustamentos em activos financeiros	277.471	261.377	254.565	61 154	23,40
Resultados transitados	(480.711)	(395 857)	(314 171)	(129 914)	32,82
Resultado líquido do período	(34 188)	(88 018)	(74 874)	53 830	-61,16
<b>Total do capital próprio</b>	<b>756.745</b>	<b>771.675</b>	<b>859.693</b>	<b>(14 930)</b>	<b>-1,93</b>
<b>PASSIVO</b>					
<b>Passivo não corrente</b>					
Provisões	39.556	40.646	5.247	35.399	-1,95
Financiamentos Obtidos			75.000	0	
<b>Total do passivo não corrente</b>	<b>39.556</b>	<b>40.646</b>	<b>80.247</b>	<b>(793)</b>	<b>-1,95</b>
<b>Passivo corrente</b>					
Contas a pagar	469.428	455.257	435.488	13 824	2,94
Adiantamentos de clientes	923	779	381	144	18,49
Financiamentos Obtidos	14.520	7.395	1.271	7.125	96,35
Provisões	14.874	14.874		0	0,00
Diferimentos	6.472	9.034	11.645	(2 562)	-28,36
<b>Total do passivo corrente</b>	<b>505.870</b>	<b>487.339</b>	<b>448.785</b>	<b>18.531</b>	<b>3,80</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>545.723</b>	<b>527.985</b>	<b>529.032</b>	<b>17 738</b>	<b>3,36</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>1.302.468</b>	<b>1.299.660</b>	<b>1.388.725</b>	<b>2 808</b>	<b>0,22</b>



Regista-se, em 2015, diminuição do activo não corrente, no valor de 5.418 contos (0.60%), quando comparado com o ano de 2014, conforme se evidencia no quadro acima.

O activo corrente aumentou em 8.226 contos (2.06%) em relação ao ano 2015, justificado pelo aumento das rubricas das contas a receber em 15.005 contos e outros activos financeiros em 5.500 contos e da redução das disponibilidades em 8.182 contos e dos inventários em 4.145 contos.

Em consequência, em 2015, o activo total, que atingiu o valor de 1.302.468 contos, evidenciou um crescimento de 0.22% (2.808 contos) face ao período homólogo anterior.

Em 2015, o passivo da empresa aumentou em 16.258 contos, justificado essencialmente pelo aumento das contas a pagar em 13.824 contos e dos financiamentos obtidos em 7.125 contos.

O capital próprio sofreu uma queda somente de 1.93% correspondente ao resultado líquido negativo do exercício de 2015 e ao impacto positivo da regularização de saldos antigos considerados indevidos das Administrações da Holanda e da Itália. De notar que os Capitais Próprios representam 58% do activo da empresa.

No quadro abaixo estão indicados alguns indicadores económicos e financeiros.

<b>RÁCIOS FINANCEIROS</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Liquidez Geral	0,82	0,80	1,05
Liquidez Reduzida	0,80	0,77	1,00
Autonomia Financeira	0,58	0,59	0,62
Solvabilidade	1,39	1,46	1,63
Fundo de Maneio	(97.692)	(87.387)	9.862
Endividamento	0,42	0,41	0,38
<b>RACIOS ECONOMICOS</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Rentabilidade Operacional das Vendas	-0,18	-0,40	-0,36
Rentabilidade Operacional do Activo	-0,03	-0,07	-0,06
Rentabilidade dos Capitais Próprios	-0,044	-0,114	5,015
Cash Flow	(148)	(57.606)	(42.545)
VAB	206.564	162.132	154.504

Analisando os rácios financeiros e económicos, verifica-se uma melhoria nos rácios de liquidez, da rentabilidade operacional de vendas, da rentabilidade dos capitais próprios e



do cash flow, enquanto que a autonomia financeira, a solvabilidade e o fundo de maneiio sofreram uma queda, o que demonstra que a empresa enfrenta dificuldades acrescidas em suprir os seus compromissos de curto prazo.

Importa referir que o VAB aumentou 44.432 contos, passando de 162.132 contos para 206.564 contos.

## 7. Eventos Subsequentes

Da data do fecho de contas até esta não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as demonstrações financeiras apresentadas.

## 8. Perspectivas Futuras

Para 2016, o foco da empresa estará na implementação do novo posicionamento estratégico saído do Business Plan 2015-2025 cuja visão é transformar os Correios num operador logístico de referência no segmento de entregas *last mile*.

Neste particular, constitui metas para 2016 as seguintes:

- Desenvolver serviços que potenciam o aumento do tráfego/processamento de objectos;
- Aumentar a facturação total para 283 mil contos;
- Aumentar o número de subscritores do Serviço Morada Certa para 20 mil bem como o nível de utilização;
- Entregar 85% dos objectos até 4 dias (tempo decorrido entre Aceitação e Distribuição);
- Alcançar uma taxa de eficiência operacional das vendas de 8%;
- Fixar o EBITDA sem participadas num valor não superior a 60 mil contos negativos;
- Garantir um índice de satisfação dos nossos clientes superior ou igual a 65%.

Prevemos igualmente, concluir o programa de reestruturação do quadro de pessoal, com a realização da terceira e ultima fase do programa de abandono voluntário ou reforma antecipada.



## 9. Agradecimentos

O Conselho de Administração agradece a todas pessoas e entidades que colaboraram com os Correios de Cabo Verde neste exercício económico, em especial:

Aos clientes que depositaram a sua confiança ao preferirem os nossos serviços.

Ao Auditor Externo e aos Órgãos Sociais pelo apoio e colaboração prestados.

A todos os colaboradores pela dedicação e empenho demonstrados ao longo dos anos.

O Conselho de Administração,

---

Alita Gomes Dias  
Presidente

---

Adelino Silva  
Administrador Executivo

---

Nuno Almeida  
Administrador Executivo



## 10. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que o resultado líquido do exercício de 2015 é de 34.188 contos negativos;

Considerando que nesse resultado estão incluídos 63.805 contos positivos relacionados com resultados imputáveis à participação financeira detida na Caixa Económica de Cabo Verde, valorizada segundo o Método de Equivalência Patrimonial;

Considerando que a Caixa Económica distribuiu em 2015 dividendos relativos ao exercício de 2014, cabendo aos Correios mESC 25 290.

Considerando que a Caixa Económica, na sua Assembleia Geral realizada no 20 de Maio de 2016, deliberou distribuir 32.726% dos resultados líquidos de 2015, cabendo aos Correios 21 076 contos;

Em consequência, o Conselho de Administração decidiu propor à Assembleia Geral dos Accionistas que o resultado líquido de 2015 seja aplicado como se segue:

Resultados transitados ..... 51.627 contos negativos

Lucros não distribuídos..... 17.439 contos positivos

O Conselho de Administração,

---

Alita Gomes Dias  
Presidente

---

Adelino Silva  
Administrador Executivo

---

Nuno Miguel Almeida  
Administrador Executivo



## 11. Anexos

## 11.1. Demonstrações Financeiras

## 11.1.1. Balanço

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Valores Expressos em milhares de Escudos - mESC)			
RUBRICAS	Data de referência		
		31-12-2015	31-12-2014
	Notas	Valores	Valores
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	3	14 963	14 963
Edifícios e outras construções		176 885	194 395
Equipamento básico		14	14
Equipamento de transporte		7 837	11 799
Equipamento administrativo		8 225	14 870
Outros activos fixos tangíveis		1 170	1 496
Propriedades de investimento			
Edifícios e outras construções	4	2 823	3 130
Activos intangíveis			
Projectos de desenvolvimento	5	9 683	12 230
Participações financeiras - método da equivalência patr	6	627 679	600 679
Participações financeiras — outros métodos	6	41 011	41 011
Outras contas a receber	7	-	1 121
Outros activos financeiros	8	4 000	4 000
<b>Total do activo não corrente</b>		<b>894 290</b>	<b>899 708</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	9		
Mercadorias		13 228	16 998
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		5 448	5 823
Clientes	10	33 059	28 593
Adiantamentos a fornecedores	16	176	770
Estado e outros entes públicos	11	2 776	8 417
Outras contas a receber	7	136 801	120 027
Diferimentos	34	308	260
Outros activos financeiros	8	22 000	16 500
Caixa e depósitos bancários	12	194 382	202 564
<b>Total do activo corrente</b>		<b>408 178</b>	<b>399 952</b>
<b>Total do activo</b>		<b>1 302 468</b>	<b>1 299 660</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	13	300 000	300 000
Reservas legais		40 923	40 923
Outras reservas		653 250	653 250
Ajustamentos em activos financeiros		277 471	261 377
Resultados transitados		( 480 711)	( 395 857)
Resultado líquido do período		( 34 188)	( 88 018)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>756 745</b>	<b>771 675</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	14	39 556	40 646
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>39 556</b>	<b>40 646</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	16	27 122	31 833
Adiantamentos de clientes	10	923	779
Estado e outros entes públicos	17	11 167	9 987
Accionistas/sócios	18	5 322	5 322
Financiamentos obtidos	15	14 520	7 395
Outras contas a pagar	19	425 817	408 115
Provisões	14	14 824	14 874
Diferimentos	20	6 472	9 034
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>506 167</b>	<b>487 339</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>545 723</b>	<b>527 985</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>1 302 468</b>	<b>1 299 660</b>
<b>A Direcção da Unidade Financeira</b>		<b>O Conselho de Administração</b>	
Eunice G. da Luz Barbosa		Alta Gomes Dias /Presidente/	
		Adelino dos Santos Lopes da Silva /Administrador/	
		Nuno Miguel Santos de Almeida /Administrador/	



## 11.1.2. Demonstrações de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E  
 1 DE JANEIRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
 (valores expressos e milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	PERÍODO		
		2015	2014
	Notas	Valores	Valores
Vendas e Prestações de serviços	21	237 429	237 663
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	22	63 805	16 095
Subcontratos	23	( 11 424)	( 12 226)
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	24	( 11 701)	( 9 922)
<b>Resultado operacional bruto</b>		<b>278 109</b>	<b>231 611</b>
Fornecimentos e serviços externos	25	( 71 545)	( 69 478)
<b>Valor acrescentado bruto</b>		<b>206 564</b>	<b>162 133</b>
Gastos com o pessoal	26	( 211 359)	( 231 682)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7 e 10	( 7 719)	( 3 740)
Provisões (aumentos/reduções)	14	1 139	( 50 272)
Imparidade de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/rev	6	( 11 515)	-
Aumentos/reduções de justo valor	6	-	( 101)
Outros rendimentos e ganhos	27	30 090	74 507
Outros gastos e perdas	28	( 15 491)	( 16 557)
<b>Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos</b>		<b>( 8 290)</b>	<b>( 65 713)</b>
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	29	( 34 040)	( 30 412)
<b>Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)</b>		<b>( 42 330)</b>	<b>( 96 125)</b>
Juros e ganhos similares Obtidos	30	8 702	8 345
Juros e perdas similares suportados		( 559)	( 238)
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>( 34 188)</b>	<b>( 88 018)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	31	-	-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>( 34 188)</b>	<b>( 88 018)</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe		( 34 188)	( 88 018)
Resultado por acção básico (Esc)	32	( 114)	( 293)

A Direcção da Unidade Financeira

Eunice G. da Luz Barbosa

O Conselho de Administração

Alita Gomes Dias  
/Presidente/Adelino dos Santos Lopes da Silva  
/Administrador/Nuno Miguel Santos de Almeida  
/Administrador/

### 11.1.3 Demonstração de Alterações de Capital Próprio

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO								
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 1 DE JANEIRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014								
(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)								
DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)						Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas Legais	Outras reservas	Ajustamentos em activos Financeiros	Resultados Transladados	Resultado líquido do período	
<b>POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2014</b>	1	300 000	40 923	653 250	254 565	( 314 171)	74 874	859 693
<b>ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO</b>								
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	( 88 018)	( 88 018)
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	2	-	-	-	-	-	( 88 018)	( 88 018)
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>	3							
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>								
Aplicação dos resultados do período anterior		-	-	-	6 811	( 81 685)	( 74 874)	771 675
	4	-	-	-	6 811	( 81 685)	( 74 874)	771 675
<b>POSIÇÕES NO FIM DO PÉRIODO 2014</b>	1+2+3+4	300 000	40 923	653 250	261 376	( 395 856)	( 88 018)	771 675
<b>POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2015</b>	1	300 000	40 923	653 250	261 376	( 395 856)	( 88 018)	771 675
<b>ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO</b>								
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	( 34 188)	( 34 188)
Alterações nas políticas contabilísticas e as correcções de erros		-	-	-	-	19 259	-	19 259
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	2	-	-	-	-	19 259	( 34 188)	( 14 929)
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>	3							
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>								
Aplicação dos resultados do período anterior		-	-	-	16 096	( 104 114)	88 018	-
	4	-	-	-	16 096	( 104 114)	88 018	-
<b>POSIÇÕES NO FIM DO PÉRIODO 2015</b>	1+2+3+4	300 000	40 923	653 250	277 471	( 480 711)	( 34 188)	756 745

<p>A Direcção Administrativa e Financeira</p>  <p>_____</p> <p>Eunice G. da Luz Barbosa</p>	<p>O Conselho de Administração</p>  <p>_____</p> <p>Alita Gomes Dias /Presidente /</p> <p>_____</p> <p>Adelino dos Santos Lopes Silva Administrador</p> <p>_____</p> <p>Nuno Miguel Santos de Almeida Administrador</p>
---	---

## 11.1.4 Demonstrações de Fluxos de Caixa

### DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E

1 DE JANEIRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

RUBRICAS	PERÍODO	
	2015	2014
	Notas	Valores
<b>Método Directo</b>		
<b><u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u></b>		
Recebimentos de clientes	186 370	200 828
Pagamentos a fornecedores	( 81 646)	( 80 631)
Pagamentos ao pessoal	( 170 724)	( 180 602)
Caixa gerada pelas operações	( 66 000)	( 60 404)
Outros recebimentos	5 210 578	5 109 778
Outros pagamentos	( 5 201 198)	( 5 117 947)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	( 56 585)	( 68 573)
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u></b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos fixos tangíveis	( 645)	( 1 170)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Activos fixos tangíveis/Propriedades de investimentos	7 630	6 248
Outros activos	1 851	-
Subsídios ao investimento	-	1 228
Juros e rendimentos similares	8 775	8 835
Dividendos	29 762	3 545
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	47 337	18 687
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u></b>		
Financiamentos obtidos	186 383	91 352
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	( 179 258)	( 85 228)
Juros e gastos similares	( 559)	( 238)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	6 566	5 885
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	( 2 682)	( 44 001)
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	223 064	267 065
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	220 382	223 064

A Direcção da Unidade Financeira

\_\_\_\_\_  
Eunice G. da Luz Barbosa

O Conselho de Administração

\_\_\_\_\_  
Alita Gomes Dias  
/Presidente /

\_\_\_\_\_  
Adelino dos Santos Lopes da Silva  
/Administrador /

\_\_\_\_\_  
Nuno Miguel dos Santos Almeida  
/Administrador /



## 11.2 Anexo às Demonstrações Financeiras

### CORREIOS DE CABO VERDE, SARL

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Todos os montantes estão expressos em milhares de Escudos - mESC)

#### INFORMAÇÃO GERAL

A sociedade anónima de capitais públicos, CORREIOS DE CABO VERDE, SARL (adiante designada por CORREIOS ou Sociedade), foi criada pelo Decreto-lei nº 9-A/95 de 16 de Fevereiro, que determinou, enquadrado no Programa de Reestruturação do Sector Empresarial do Estado, a cisão da então Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações (CTT, EP) em duas sociedades distintas de acordo com as suas duas actividades principais: Correios, fundamento para constituição desta mesma sociedade, e Telecomunicações, actividade afectada à sociedade Cabo Verde Telecom, SARL.

O Estado Caboverdiano detém a totalidade do capital social da Sociedade.

Nos termos dos seus Estatutos, publicados em anexo ao Decreto-Lei acima referido, o objecto dos CORREIOS compreende a exploração do serviço público de correios no território nacional e dos serviços postais de Cabo Verde com o estrangeiro e ainda a execução de convenções, acordos e regulamentos internacionais conexos.

A actividade de correios abrange todo o território Caboverdiano, nas áreas de tráfego postal, correio acelerado e serviços financeiros postais. Os CORREIOS têm vindo progressivamente a desenvolver novos produtos no domínio dos serviços financeiros, nomeadamente (i) o pagamento a pensionistas das FAIMO, da Função Pública, da Vivo Energy Cabo Verde em S. Vicente e de alguns pensionistas da Caixa Nacional de Pensões de Portugal por conta da Caixa Geral de Depósitos, (ii) a prestação de serviços à Caixa Económica de Cabo Verde relativos a abertura de contas caderneta, depósitos, levantamentos, transferência de fundos, pagamentos de vencimentos e pensões e ainda a venda de impressos nos locais onde esta instituição financeira não dispõe de Delegação, (iii) a prestação de serviços à ELECTRA – Empresa de Electricidade e Água, SARL e GARANTIA – Companhia de Seguros de Cabo Verde, SARL relativos, respectivamente, a cobrança de facturas e venda de selos de seguros, (iv) a prestação de serviços ao Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária, relativos, essencialmente, a devolução das taxas de manutenção rodoviária, etc. Em 2000, a Sociedade aderiu ao serviço de emissão de vales por via electrónica, denominado Eurogiro, entre Cabo Verde e Portugal e, em 2001, com Luxemburgo e Suíça, tendo sido posteriormente alargado a outros países.

Em 2006, a Sociedade aderiu ao serviço de transferência de dinheiro por via electrónica, denominado por TMO – Tele-Money Order, entre Cabo Verde e Portugal

Em 2010, a Sociedade aderiu aos serviços de transferências de dinheiro por via electrónica, denominado por Money Express, Money Gram e Money Exchange, entre Cabo Verde e outros países.



Em 2013, a Sociedade passou a prestar serviços de transferência de dinheiro por via electrónica, a nível nacional.

## **NOTA 0 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de Fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2009. A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mESC).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, para divulgação em 10 de Junho de 2016.

## **NOTA 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS**

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

### **1.1 Activos fixos tangíveis e depreciações**

Com excepção das aquisições do ano de 1995 a 2014, mensuradas ao custo de aquisição, o qual inclui o valor de factura do fornecedor acrescido de gastos de compra e instalação, os restantes bens que integram os activos fixos tangíveis da Sociedade encontram-se registados pelo valor que lhes foi atribuído aquando da cisão, com base nos registos contabilísticos da extinta Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações (CTT, EP).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como activos separados, sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do activo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o gasto do activo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas, sobre os valores de aquisição ou justo valor, conforme o caso, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As principais taxas utilizadas são as seguintes:

Edifícios e outras construções	4%
Equipamento básico	10% - 20%
Material de carga e transporte	12,5% - 16,66%
Equipamento administrativo	8,33% - 25%
Outros activos fixos tangíveis	10% e 25%

Os activos fixos tangíveis doados à Sociedade por terceiros são apresentados nas respectivas rubricas com contrapartida na rubrica Subsídios para investimentos (ver Nota 20), sendo depreciados na mesma base e às mesmas taxas que os restantes bens de natureza idêntica adquiridos pela Sociedade, sendo o respectivo gasto compensado em outros rendimentos e ganhos (ver Nota 27), pela redução, em igual montante, da rubrica Subsídios para investimentos.

Os terrenos e activo tangível em curso não são objectos de depreciação.



## 1.2 Propriedades de investimento e depreciações

Compreendem edifícios em arrendamento e encontram-se valorizados ao custo de aquisição. Por se considerar imaterial o efeito da avaliação não se procedeu à determinação do justo valor.

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. A taxa utilizada foi de 4%.

## 1.3 Activos intangíveis e amortizações

Compreendem gastos com implementação do circuito ADSL e projectos de informatização dos balcões. São amortizados pelo método das quotas constantes, em base anual, em três e cinco anos, respectivamente.

## 1.4 Imparidade de activos

Os activos sujeitos a depreciação e amortização são revistos quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o valor realizável de um activo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

## 1.5 Inventários e ajustamentos

As quantidades em armazém são apuradas no final de cada exercício económico através de inventariação física integral e exaustiva. Os critérios valorimétricos adoptados resumem-se como segue:

- As mercadorias e matérias-primas e subsidiárias de consumo são mensuradas ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da factura do fornecedor, acrescido de gastos adicionais de compra.
- Os inventários de material filatélico, constituídos por selos emitidos nos anos de 1996 a 2015, encontram-se mensurados ao custo médio de aquisição desses anos, tendo o custo médio de cada ano sido apurado pela totalidade das compras do ano, independentemente da espécie do selo.

O apuramento dos consumos é determinado segundo o método do custo médio.

As perdas de valor em inventários, apuradas por referência a critérios de avaliação técnico-comercial, são objecto de ajustamento por imparidade (ver Nota 9).



## 1.6 Investimentos financeiros

Referem-se a participações detidas nas entidades identificadas na Nota 6. Naquelas em que a Sociedade detém controlo ou exerce influência significativa, os investimentos encontram-se valorizados de acordo com o Método de Equivalência Patrimonial. Nas restantes manteve-se a valorização ao custo de aquisição, dado não serem títulos cotados e não ter sido determinado o justo valor. Havendo valor da cotação, este é utilizado para a valorização.

Os preceitos contabilísticos vigentes em Cabo Verde não contemplam a preparação e apresentação de contas consolidadas.

## 1.7 Contas a receber de Clientes e Outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor actual ou, caso aplicável, pelo valor descontado, calculado por referência à taxa de juro média dos financiamentos da Sociedade, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Notas 7 e 10).

Os riscos efectivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objecto de ajustamento por imparidade.

## 1.8 Caixa e Depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos bancários” inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço - Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos Obtidos.

## 1.9 Capital Próprio

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objecto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas acções são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

As prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital Próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

## 1.10 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de Janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Colectivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25,5%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respectivo exercício. Entretanto, até ao exercício de 2014 continuará a vigorar o Decreto-Lei nº1/96, de 15 de Janeiro, que havia aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, nos termos do qual os prejuízos



fiscais são susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante um período de três anos após a sua ocorrência.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2011 a 2015 podem vir a ser corrigidos.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base tributável.

A base tributável dos activos e passivos é determinada de forma a reflectir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Havendo, os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

#### **1.11 Provisão para riscos e encargos**

São constituídas provisões no balanço sempre que a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos venha a ser exigido para liquidar a obrigação.

#### **1.12 Reconhecimento do rédito**

Os rendimentos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador. Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transacção à data de balanço.

#### **1.13 Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade, no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelo accionista.

#### **1.14 Gestão de riscos financeiros**

A exposição da Sociedade a riscos financeiros não é significativa e inclui principalmente variações de taxas de juro.

**(i) Risco cambial**

O risco cambial é reduzido, dado que (a) existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, predominantemente, efetuadas as transacções com o estrangeiro e (b) as vendas são realizadas exclusivamente em Escudos.

**(ii) Risco da taxa de juro**

O empréstimo, contraído junto do BCA, vence juros a taxa fixa, pelo que este risco é reduzido dado não se perspectivar que as taxas de juros de mercado venham a baixar. Não existem “swaps” de taxas de juro.

**(iii) Risco de crédito**

Dado existir um número relativamente significativo de clientes e outros devedores e face à sua dispersão geográfica, não se considera existir concentração de risco de crédito.

**(iv) Risco de liquidez**

A Sociedade tem apresentado um rácio de liquidez positivo, pelo que esse risco é reduzido.

**1.15 Créditos e débitos em moeda estrangeira**

Os activos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos e contabilizados em Escudos ao câmbio oficial em vigor na data da transacção. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes na data do Balanço, por referência às taxas de câmbio vigentes nessa data, são reconhecidos nos resultados.

**1.16 Especialização de exercícios**

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados, são registados no balanço nas rubricas de Outras contas a pagar e Outras contas a receber.

**1.17 Responsabilidades assumidas para com o pessoal**

De acordo com a legislação Cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas, encargo este que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica de Outras contas a pagar (ver Nota 19).

Os trabalhadores da Sociedade encontram-se integralmente abrangidos pelo esquema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social, não assumindo a Sociedade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

**1.18 Estimativas e julgamentos**

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros factores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer, de acordo com as circunstâncias atuais.

**NOTA 2 - FLUXOS DE CAIXA**

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os três meses. Adicionalmente, consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais a variação de justo valor não seja significativa.

Na Nota 12 é apresentada a conciliação do saldo de Caixa e depósitos bancários no Balanço e o saldo de Caixa e Equivalentes da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**NOTA 3 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2015 e 2014 nestas rubricas decompõem-se como segue (em mESC):

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL GERAL
<b>POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2014</b>							
Valor de aquisição	14 252	505 021	6 589	47 481	179 087	5 678	758 108
Depreciação acumulada	-	( 293 581)	( 6 563)	( 33 128)	( 157 498)	( 3 673)	( 494 443)
<b>Valor escriturado</b>	<b>14 252</b>	<b>211 441</b>	<b>25</b>	<b>14 354</b>	<b>21 588</b>	<b>2 004</b>	<b>263 664</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2014</b>							
Valor líquido inicial	14 252	211 441	25	14 354	21 588	2 004	263 664
Aquisições	712	-	-	1 260	1 279	-	3 251
Correção - valor de aquisição	-	-	-	( 66)	94	( 11)	17
Correção - depreciação acumulada	-	496	( 7)	( 875)	1 138	( 42)	710
Depreciação do exercício	-	( 17 541)	( 5)	( 2 874)	( 9 229)	( 455)	( 30 104)
<b>Valor líquido</b>	<b>14 963</b>	<b>194 396</b>	<b>13</b>	<b>11 799</b>	<b>14 869</b>	<b>1 496</b>	<b>237 537</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>							
Valor de aquisição	14 963	505 021	6 589	48 675	180 460	5 667	761 374
Depreciação acumulada	-	( 310 626)	( 6 575)	( 36 877)	( 165 589)	( 4 170)	( 523 837)
<b>Valor escriturado</b>	<b>14 963</b>	<b>194 395</b>	<b>14</b>	<b>11 799</b>	<b>14 870</b>	<b>1 496</b>	<b>237 537</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2015</b>							
Valor líquido inicial	14 963	194 395	14	11 799	14 870	1 496	237 537
Aquisições	-	-	-	-	1 375	84	1 459
Alienações-valor de aquisição ou reavaliado	-	-	-	( 6 137)	-	-	( 6 137)
Alienações-depreciação acumulada	-	-	-	5 127	-	-	5 127
Depreciação do exercício	-	( 17 510)	-	( 2 952)	( 8 020)	( 409)	( 28 891)
<b>Valor líquido</b>	<b>14 963</b>	<b>176 885</b>	<b>14</b>	<b>7 837</b>	<b>8 224</b>	<b>1 171</b>	<b>209 095</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>							
Valor de aquisição	14 963	505 021	6 589	48 675	181 835	5 751	756 696
Depreciação acumulada	-	( 328 136)	( 6 575)	( 40 839)	( 173 609)	( 4 579)	( 547 601)
<b>Valor escriturado</b>	<b>14 963</b>	<b>176 885</b>	<b>14</b>	<b>7 837</b>	<b>8 225</b>	<b>1 170</b>	<b>209 095</b>

Em 2015 foram alienados 5 viaturas, tendo originado uma mais-valia de mESC 1 042 (ver Nota 27).

As adições compreendem (i) Equipamento administrativos, mobiliários diversos e (ii) outros activos tangíveis.

**NOTA 4 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO**

As propriedades de investimento dizem respeito aos edifícios em arrendamento. Encontram-se mensurados ao custo de aquisição e decompõem-se como segue (em mESC):

	2015				2014			
	Custo Aquisição	Depreciações do exercício	Depreciações acumuladas	Valor líquido	Custo Aquisição	Depreciações do exercício	Depreciações acumuladas	Valor líquido
<b>Edifícios</b>								
Rábil	2 433	10	2 324	109	2 433	10	2 281	152
Palmarejo	3 500	158	2 024	1 476	3 500	158	1 866	1 634
ASA	4 200	140	2 963	1 237	4 200	140	2 856	1 344
	<u>10 133</u>	<u>308</u>	<u>7 311</u>	<u>2 823</u>	<u>10 133</u>	<u>308</u>	<u>7 003</u>	<u>3 130</u>

Devido ao facto de se considerar o seu efeito imaterial não foi determinado o justo valor destes activos.

**NOTA 5 - ATIVOS INTANGÍVEIS**

O saldo compreende investimentos relacionados com o upgrade do Sistema SIA (mESC 12 859), (ii) e com o projecto Código de Identificação Postal – CPI (mESC 1 665) deduzido das depreciações do ano (mESC 4 841).

**NOTA 6 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS**

Resume-se nos quadros seguintes as informações relativas às participações financeiras valorizadas segundo (i) o Método de Equivalência Patrimonial (MEP) e (ii) o custo de aquisição ou justo valor.

**Participação valorizada segundo o MEP**

Em 2015 o saldo refere-se exclusivamente à participação de 15% detida na Caixa Económica de Cabo Verde (CECV), com sede na Praia. A Sociedade exerce influência significativa nesta associada por via de participação no Conselho de Administração. Até 2014 a participação de 12,5% no Novo Banco era também valorizada segundo o MEP. No exercício de 2015, por não ter o acompanhado o aumento de capital deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária do Novo Banco, os Correios passaram a deter apenas 7.35% do capital social desta participada. Tendo perdido a influência significativa por via de participação no Conselho de Administração, a participação deixou de ser valorizada segundo o MEP.

Os movimentos resumem-se como segue:

	mESC		Total Participação
	CECV	Novo Banco	
<b>Saldo em 31.12.2013</b>	554 645	59 879	614 524
Cedência de participação de capital	-	( 29 940)	( 29 940)
Quota parte nos resultados de 2014	34 520	( 18 425)	16 095
<b>Saldo em 31.12.2014</b>	589 165	11 515	600 679
Dividendos recebidos em 2015	( 25 290)	-	( 25 290)
Transferencia de MEP para Outros métodos	-	( 11 515)	( 11 515)
Quota parte nos resultados de 2015 (ver Nota 22)	63 805	-	63 805
<b>Saldo em 31.12.2015</b>	<u>627 679</u>	<u>-</u>	<u>627 679</u>

Em 2014 os CORREIOS cederam ao Estado de Cabo Verde (accionista único) 50% da participação detida no Novo Banco, com valor contabilístico de mESC 29 940, por contrapartida da liquidação do empréstimo obtido do Estado de Cabo Verde, no montante de mESC 75 000 (ver Nota 15), destinado à aquisição da referida participação, originando assim um ganho de mESC 45 061, registado em Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 27).

**Participações valorizadas ao custo de aquisição e ao justo valor (valor de cotação)**

	Custo de aquisição	Justo valor em 31.12.15	Transferencia	Imparidades	Saldo em 31.12.15	Justo valor em 31.12.14	Saldo em 31.12.14
Cabo Verde Telecom, Sarl	25 300	n/a	-	-	25 300	n/a	25 300
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde	9 000	n/a	-	-	9 000	n/a	9 000
Novo Banco	-	-	11 515	( 11 515)	-	-	-
Sociedade Caboverdiana de Tabacos	14 226	6 711	-	-	6 711	6 711	6 711
	<u>48 526</u>	<u>6 711</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41 011</u>	<u>6 711</u>	<u>41 011</u>

n/a- não aplicável

Todas as participadas têm sede na Praia.

A participação na Sociedade Caboverdiana de Tabacos encontra-se valorizada ao preço da cotação na Bolsa de Valores, o qual em 31 de Dezembro de 2015 era de mESC 3 (2014: mESC 3).



Conforme referido acima, a participação no Novo Banco deixou de ser valorizada segundo o MEP. Face ao capital próprio negativo que se estima que esta participada apresente em 2015, o saldo foi integralmente ajustado por imparidade.

Os dividendos recebidos destas participadas em 2015 relativos ao exercício de 2014 e em 2014 relativos ao exercício de 2013 resumem-se como segue (ver Nota 27):

	mESC	
	2015	2014
Cabo Verde Telecom, SARL	1 365	3 103
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde	3 076	2 150
Sociedade Caboverdiana de Tabacos	1 396	1 395
	<u>5 837</u>	<u>6 648</u>

As informações financeiras das participadas resumem-se como segue (em mESC):

	Activo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido
Caixa Económica de Cabo Verde	54 382 292	50 614 772	3 767 519	230 132
Novo Banco	(i) 2 314 135	2 219 490	94 645	147 399
Cabo Verde Telecom, Sarl	10 842 126	4 097 696	6 744 430	218 211
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde	2 884 525	1 835 916	1 006 694	79 622
Sociedade Caboverdiana de Tabacos	871 730	94 317	777 413	201 269

(i) Referentes ao exercício de 2014



## NOTA 7 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

	mESC	
	2015	2014
<b>Corrente</b>		
Administrações Estrangeiras - serviços postais internacionais	(i) 25 090	21 455
Money Express	(ii) 17 251	18 812
Direcção Geral das Alfândegas	(iii) 1 389	11 593
Money Gram	(ii) 13 424	10 347
Disponibilidades nas Agências - Por regularizar	(iv) 18 035	10 289
Exactorias	(v) 16 965	9 026
Electra - Prestação de serviços	(vi) 10 246	7 959
Produtos da CV Telecom à consignação	(vii) 13 801	-
CECV - Prestação de serviços	(viii) 4 155	5 245
Estado de Cabo Verde - Quotas UPU	(ix) 4 908	4 908
Garantia - Prestação de serviços	(x) 4 773	3 653
Juros de depósito a prazo	(xi) 2 846	2 919
Rendas de espaços	(xii) 1 762	2 060
Money Exchange	(ii) 1 734	-
Outros, inferiores a mESC 2 000	19 389	20 662
	<u>155 768</u>	<u>128 928</u>
<b>Menos:</b>		
Perdas por imparidade acumulada	(xiii) <u>(27 949)</u>	<u>(20 230)</u>
	<u>127 819</u>	<u>108 698</u>
Operações com vales	(xiv) <u>5 904</u>	<u>6 710</u>
<b>Pessoal</b>	(xv)	
Empréstimo para aquisição de viaturas	1 660	1 660
Empréstimo concedidos no âmbito do fundo social	<u>1 418</u>	<u>2 959</u>
	<u>3 078</u>	<u>4 619</u>
	<u>136 801</u>	<u>120 027</u>
<b>Não corrente</b>		
<b>Pessoal</b>		
Empréstimo concedidos no âmbito do fundo social	<u>-</u>	<u>1 121</u>

**(i) Administrações Estrangeiras**

Os saldos decorrentes das relações da Sociedade com Administrações Estrangeiras - serviços postais internacionais são segregados e evidenciados separadamente segundo as suas naturezas devedora (ver acima) e credora (ver Nota 19).

O saldo devedor/credor representa valores relativos a encargos terminais, abonos de encomendas postais e serviços de "express mail" a receber/pagar de Administrações estrangeiras, reconhecidos, à data do balanço, como se segue:



	Valores ativos		Valores passivos	
	2015	2014	2015	2014
	mESC			
Administrações Estrangeiras - Serviços Postais				
Dados reais	10 863	11 392	55 980	44 212
Estimativas	14 226	10 062	9 969	7 651
	<u>25 090</u>	<u>21 455</u>	<u>65 949</u>	<u>51 863</u>

As transacções com as Administrações Estrangeiras são contabilizadas às taxas de câmbio em vigor na data em que ocorrem, tendo os respectivos saldos sido actualizados para os câmbios vigentes à data de 31 de Dezembro de 2015.

#### (ii) Money Express / Money Gram/ Money Exchange

Os saldos resultaram do serviço de transferências de dinheiro por via eletrónica, representando valores pagos em Cabo Verde pelos Correios de Cabo Verde.

Pelos serviços prestados à MoneyExpress, Money Exchange e Money Gram a Sociedade recebe uma comissão de 0,9%, 0,8% e 25%, respectivamente.

#### (iii) Direcção Geral das Alfândegas

Representa valores a receber relativos a prestação de serviços relacionados com despachos alfandegários efetuados nos balcões dos CORREIOS, referentes ao exercício de 2015 (2014: mESC 2 977 referentes ao exercício de 2014 e mESC 8 616 referentes a exercícios anteriores). O pagamento desses valores é da responsabilidade da Direcção Geral do Tesouro, razão pela qual não foi objeto de qualquer ajustamento por imparidade.

#### (iv) Disponibilidades nas Agências – Por regularizar

O saldo desta rubrica, totalmente ajustado por imparidade, corresponde a diferenças encontradas nas disponibilidades de várias Agências.

#### (v) Exactorias

O saldo desta rubrica corresponde aos valores de disponibilidades em Dezembro de 2015 de algumas estações não transferidos para a sede.

#### (vi) Electra - Prestação de Serviços

O saldo desta rubrica compreende (i) o montante de mESC 10 864 relativos a comissões a receber da Electra, SARL pela cobrança de facturas efetuadas nas Estações, anteriores à 2014, equivalentes a (a) uma comissão variável de 5% sobre a cobrança efetuada, no caso da Estação de Santa Maria no Sal e (b) uma comissão de ESC 50 por cada factura cobrada, no caso das restantes Estações, deduzido (ii) do montante de mESC 618, relativos a cobranças de algumas facturas de 2015 das agências de Santa Catarina e Orgãos que a data do balanço ainda não tinham sido transferidos à Electra, SARL. A partir de 2014, as comissões de cobranças passaram a ser registadas na rubrica de clientes (ver Nota 10 (ii)).

#### (vii) Produtos da CV Telecom à consignação

São vários produtos colocados nas agências à consignação para venda nos balcões dos Correios. Saldo de igual montante é apresentado no passivo (ver Nota 19).

**(viii) CECV - Prestação de Serviços**

O saldo desta rubrica corresponde a comissões cobradas à Caixa Económica de Cabo Verde por serviços relacionados com as operações de depósito e levantamentos, equivalentes a uma comissão fixa de ESC 150 por cada operação.

**(ix) Estado de Cabo Verde – Quotas UPU**

O saldo desta rubrica corresponde, essencialmente, à parcela das quotas pagas à UPU – União Postal Universal, por conta do Estado de Cabo Verde, relativos aos anos de 2003 e 2004.

**(x) Garantia – Prestação de Serviços**

O saldo desta rubrica corresponde a comissões a receber da Companhia de Seguros Garantia pela cobrança de facturas efetuadas nas estações, equivalentes a uma comissão fixa de mESC 6/mês por Estação e uma comissão variável de 10% sobre a cobrança efetuada.

**(xi) Juros de depósito a prazo**

O saldo desta rubrica corresponde à especialização dos juros de depósito a prazo (ver Nota 12).

**(xii) Rendas de espaços**

O saldo desta rubrica corresponde ao valor a receber referente às rendas de espaços a terceiros.

**(xiii) Perdas por imparidade acumuladas**

As perdas por imparidade no exercício de 2015 foram reforçadas em mESC 7 719 no exercício de 2015. No exercício de 2014 não registaram qualquer movimento. O saldo em 31 de Dezembro de 2015 é considerado adequado tendo por referência critérios de gestão e de avaliação comercial.

**(xiv) Operações com vales**

	Valores activos		Valores passivos	
	2015	2014	2015	2014
	mESC			
Operações com vales nacionais/electrónicos	17	195	2 551	2 547
Administrações estrangeiras - conta vales				
Portugal	5 052	-	1 127	13 751
Holanda	-	5 922	-	-
Itália	-	-	5 880	28 813
Senegal	-	-	4 482	4 482
Outros	836	593	2 738	1 022
	5 888	6 515	14 227	48 068
	5 904	6 710	16 778	50 615

**Administrações estrangeiras - conta vales**

Os Valores activos e passivos desta rubrica representam, respectivamente, os saldos líquidos das operações com vales emitidos pelas Administrações estrangeiras e pagos pela Sociedade e vice-versa.

Saldos antigos das Administrações da Holanda e da Itália, no montante total de mESC 19 259, foram regularizados por contrapartida de Resultados transitados por serem considerados indevidos (ver Nota13).

As transacções com administrações estrangeiras encontram-se registadas ao câmbio da data em que ocorreram, tendo os correspondentes saldos sido actualizados ao câmbio vigente em 31 de Dezembro de 2015.

**(xv) Pessoal**

O saldo de empréstimos para aquisição de viaturas, restritos a Administradores Executivos e Directores, compreende a parcela remanescente de um empréstimo concedido a uma ex-Administradora, o qual não vem sendo objecto de reembolso nem de débito de juros por se encontrar em contencioso

Os empréstimos concedidos no âmbito do Fundo Social, incluem empréstimos para assistência na doença e para fins diversos. Com excepção dos empréstimos para assistência na doença, não remunerados, os restantes empréstimos vencem juros à taxa anual de 4%.

**NOTA 8 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS**

Compreendem depósitos a prazo no Banco Comercial do Atlântico, sendo (i) mESC 4 000, não disponível para uso no curto prazo por se encontrar cativo a título de caução e de garantia a favor do Tribunal Judicial da Comarca São Vicente, para fazer face a um processo judicial levantada por um ex-funcionário dos CORREIOS (ver Nota 14) e (ii) mESC 22 000 penhorados a título de garantia bancária do empréstimo conta corrente caucionada (ver Nota 15).



## NOTA 9 - INVENTÁRIOS

	mESC	
	2015	2014
Mercadorias		
Material postal	7 566	10 614
Material filatélico (valores postais)	4 812	5 520
Caixas de correio	1 269	1 269
Livros de reclamação	-	-
Cupões de resposta	111	125
Perdas por imparidades acumuladas	( 530)	( 530)
	<u>13 228</u>	<u>16 998</u>
Materiais de consumo	5 706	6 081
Perdas por imparidades acumuladas	( 258)	( 258)
	<u>5 448</u>	<u>5 823</u>
	<u><u>18 676</u></u>	<u><u>22 821</u></u>

As perdas por imparidades acumuladas não tiveram qualquer movimento nos exercícios de 2015 e 2014. O saldo à data do balanço é considerado adequado para fazer face a perdas potenciais de valor nos inventários, calculadas com base em critérios de avaliação técnico-comercial.



## NOTA 10 – CLIENTES

		mESC	
		2015	2014
<b>Saldos devedores</b>			
Direcção Geral do Património	(i)	10 339	10 513
Electra	(ii)	6 442	5 436
CECV		4 035	2 674
Jornal "A Semana"	(iii)	2 569	2 269
Município dos Órgãos		2 346	2 070
BCA		922	1 193
Novo Banco		773	1 027
FAMR		900	1 000
Outros		10 666	8 344
		<u>38 992</u>	<u>34 526</u>
Perdas por imparidades acumuladas	(iv)	<u>(5 933)</u>	<u>(5 933)</u>
		<u>33 059</u>	<u>28 593</u>
<b>Saldos credores</b>			
Adiantamentos de clientes		<u>923</u>	<u>779</u>

**(i) Direcção Geral do Património (DGP)**

Entre os Correios e o Ministério das Finanças existem vários contratos e protocolos que regulam os vários serviços prestados pelos Correios como são os casos de (i) arrendamento de um espaço em Santa Maria, (ii) arrendamento de um espaço ao MTIE, (iii) prestação de serviços relativos às pensões sociais, à cobrança de impostos, ao envio de correspondências nacionais e para o estrangeiro e aos pagamentos de pensões das FAIMO.

O saldo em 31 de Dezembro de 2015 resulta do valor de mESC 10 513 transitado de 2014 acrescido de serviços prestados no exercício no valor total de mESC 2 599, dos quais foram liquidados mESC 2 773, ficando um saldo remanescente de mESC 10 339 pendente de liquidação à data do Balanço.

**(ii) Electra**

O saldo corresponde às facturas (i) de expedição de correspondência e (ii) das comissões pela cobrança de facturas da Electra efectuadas nas Estações dos Correios. O saldo em 31 de Dezembro de 2015 resulta do saldo transitado de 2014 no valor de mESC 5 436, acrescido de facturação relativa ao ano de 2015 no montante de 2 245 deduzido dos pagamentos efectuados no montante de mESC 1.239. A liquidação da dívida é feita através de encontro de contas com dívidas a pagar em Fornecedores (ver Nota 16). No exercício de 2015 não foram efectuados encontros de conta.

**(iii) Jornal “A Semana”**

O saldo desta rubrica representa (i) o remanescente da dívida de serviços postais prestados ao Jornal A Semana, transitado de exercícios anteriores, no montante de mESC 2 269 e (ii) facturação relativo ao exercício de 2015, no montante de mESC 300. Por se afigurar de cobrança duvidosa foi reconhecida perda por imparidade para o saldo antigo.

**(iv) Perdas por imparidade acumuladas**

As perdas por imparidade não registaram qualquer movimento no exercício de 2015. Em 2014 foram reforçadas em mESC 3 740, para fazer face às dívidas de cobrança duvidosa dos clientes Município dos Órgãos, SISA e Agência de Navegação Expresso. O saldo em 31 de Dezembro de 2015 é considerado adequado tendo por referência critérios de gestão e de avaliação comercial.

**NOTA 11 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (Saldo devedor)**

O saldo corresponde ao remanescente dos créditos de impostos resultantes (i) da liquidação provisória e excesso de liquidação do imposto sobre lucros, no valor de mESC 3 376 e (ii) de retenções na fonte de imposto sobre juros de depósitos a prazo, no valor de mESC 6 796 (2014: mESC 18 381), deduzido (iii) do encontro de contas com valores a pagar relativos às retenções mensais dos impostos dos trabalhadores, no montante de mESC 7 391 (2014: mESC 13 340).

**NOTA 12 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS**

	<b>mESC</b>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Caixa</b>		
Tesouraria da Praia	62	282
Caixa das estações	505	1 462
	<u>567</u>	<u>1 744</u>
<b>Depósitos a ordem</b>		
Banco Comercial do Atlântico	23 826	34 959
Deutsche Postbank	3 038	3 305
Caixa Económica de Cabo Verde	3 225	680
Novo Banco - Portugal	2 527	
Banco Interatlântico	543	514
Novo Banco	302	250
Banco Caboverdeano de Negócios	239	216
Banco Angolano de Investimentos	436	95
Conta Agências - Fundo CECV	25 679	11 301
	<u>59 815</u>	<u>51 320</u>
<b>Depósitos a prazo</b>		
Banco Comercial do Atlântico	14 000	19 500
Caixa Económica de Cabo Verde	100 000	110 000
Novo Banco	20 000	20 000
	<u>134 000</u>	<u>149 500</u>
	<u>194 382</u>	<u>202 564</u>

Os mESC 23 826 de depósitos à ordem no Banco Comercial do Atlântico compreendem, essencialmente, fundos de maneo adiantados às estações e receitas geradas por estas, os quais foram transferidos para a Sede em Janeiro de 2015.

A diferença de mESC 26 000 entre o saldo de Caixa e depósitos bancários (mESC 194 382) e o saldo de Caixa e Equivalentes da Demonstração dos Fluxos de Caixa (mESC 220 382) representa os depósitos a prazo cativos ou penhorados a título de caução ou garantia classificados na rubrica de outros ativos financeiros (ver Nota 8).

Os depósitos a prazo venceram juros à taxa anual que variam entre 2,75% e 5,25%.

A rubrica conta agência - fundo CECV representa o saldo disponível nas agências referente a fundos recebidos da CECV (ver Nota 19 (iv)).

**NOTA 13 – CAPITAL PRÓPRIO**

Os movimentos registados em 2015 e em 2014 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

O capital social da Sociedade em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, integralmente realizado, ascende a mESC 300 000 e é detido pelo Estado de Cabo Verde.

O resultado líquido negativo do exercício de 2014, no valor de mESC 88 018, foi aplicado com segue:

Ajustamentos em activos financeiros	61 155
Resultados transitados	(149 173)

De acordo com a legislação vigente, a Reserva legal é dotada com um mínimo de 5% dos lucros líquidos anuais até atingir um montante equivalente a, pelo menos, 20% do capital social, não sendo livre para distribuição em dinheiro, mas podendo ser utilizada para aumentar Capital ou cobrir prejuízos, depois de esgotadas as restantes Reservas.

O saldo de Outras Reservas compreende o seguinte:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Reservas para fins sociais	20 364	20 364
Reserva para investimentos	12 615	12 615
Resultado cisão c/CTT	617 018	617 018
Reservas Livres	<u>3 253</u>	<u>3 253</u>
	<u>653 250</u>	<u>653 250</u>

As Reservas para fins sociais destinam-se exclusivamente à prestação de benefícios sociais de utilização colectiva ou de serviços colectivos aos trabalhadores, bem como para a bonificação de empréstimos para aquisição, construção, reparação, beneficiação ou ampliação de habitação própria permanente, em condições a definir pelo Governo. A dotação anual que lhe for destinada não poderá exceder 10% do resultado líquido do exercício respectivo.

Constituem a Reserva para investimentos (i) a parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada e (ii) as verbas provenientes de dotações e doações com essa finalidade expressa, de que a Sociedade seja beneficiária.

As Reservas livres constituem a parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada, não sendo impostas por lei ou pelos Estatutos, nem constituídas de acordo com contratos firmados pela Sociedade. Podem ser aplicadas para cobertura de prejuízos, para aumento de capital, ou para distribuição aos sócios.

O saldo de Reservas resultante da cisão compreende, para além do montante de mESC 336 483 atribuídos pelo Estado de Cabo Verde a título de compensação resultante do processo de cisão da Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações (CTT, EP) (ver Nota 19), diversos valores resultantes de regularizações efetuadas aquando da referida cisão e posteriormente respeitantes a saldos devedores e credores que transitaram do Balanço da cisão. Este valor não se encontra disponível para distribuição, podendo, no entanto, ser utilizado para aumento de capital ou cobertura de prejuízos.



O saldo de ajustamentos em Activos financeiros compreende:

	<u>mESC</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	254 565
Lucros não atribuídos referentes ao exercício de 2013	<u>6 811</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	261 376
Lucros não atribuídos referentes ao exercício de 2014	<u>16 096</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	<u><u>277 472</u></u>

Este valor não pode ser utilizado para qualquer fim, sendo transferido para Resultados Transitados ou Reservas livres quando as sociedades participadas distribuírem dividendos ou forem alienadas. Com a alienação de 50% da participação do Novo Banco (ver Nota 6), mESC 45 060 foram incorporados nos Resultados transitados.

Além dos mESC 149 173 resultantes da aplicação do resultado do exercício de 2014 e da incorporação dos mESC 45 060 atrás referidos, a rubrica de Resultados transitados foi ainda creditada em mESC 19 258 respeitantes à regularização de sados antigos, considerados indevidos, das Administrações da Holanda e da Itália, conforme referido na Nota 7 (xiv).

#### NOTA 14 – PROVISÕES

	<u>mESC</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Corrente</b>		
Reestruturação do pessoal - Reforma antecipada	<u>14 824</u>	<u>14 874</u>
<b>Não Corrente</b>		
Reestruturação do pessoal - Reforma antecipada	30 309	31 398
Outros riscos e encargos	<u>9 247</u>	<u>9 247</u>
	<u>39 556</u>	<u>40 646</u>
	<u><u>54 380</u></u>	<u><u>55 520</u></u>

A provisão para reestruturação do pessoal, representa o valor descontado dos encargos totais com a reforma antecipada acordada com 18 trabalhadores em 2014 e com 4 trabalhadores em 2015, nos valores de mESC 51 664 e mESC 13 616, respectivamente. A taxa de desconto utilizada foi de 5,74%, correspondente à taxa média ponderada das obrigações do Tesouro.

Os pagamentos futuros, incluindo os descontos anuais, são representados da seguinte forma:



<u>Ano</u>	<u>Valor a pagar</u>	<u>Desconto</u>	<u>Valor descontado</u>
2016	16 010	1 186	14 824
2017	15 495	1 921	13 575
2018	12 737	2 149	10 588
2019	6 017	1 188	4 828
2020	1 686	368	1 319
	<u>51 945</u>	<u>6 812</u>	<u>45 133</u>

A provisão para outros riscos e encargos representa a melhor estimativa possível (baseada em informações dos serviços jurídicos) dos encargos em que a Sociedade poderá eventualmente vir a incorrer a respeito de litígios, de foro laboral, em que é parte interveniente, em curso de tramitação à data do balanço.

Em 2014, o reforço de mESC 4 000 está relacionado com um processo judicial levantado pelo ex-chefe de agência do Mindelo.

Os movimentos verificados na provisão para riscos e encargos são os seguintes (mESC):

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo em 1 de Janeiro	55 520	5 247
Aumento		
Reestruturação do pessoal (ver acima)	15 740	46 272
Outros riscos e encargos	-	4 000
Redução		
Reestruturação do pessoal	<u>(16 880)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de Dezembro	<u>54 380</u>	<u>55 520</u>

O aumento de mESC 15 740 compreende mESC 13 616 referentes à provisão para a reforma negociada com 4 trabalhadores em 2015 (ver acima) e mESC 2 124 referentes ao efeito anual do desconto.

A redução de 16 880 compreende mESC 13 287 referentes a pagamentos de pré-reforma efectuados em 2015 e mESC 3 593 relativos a um trabalhador inicialmente contemplado com reforma antecipada e que em 2015 passou para a reforma por invalidez.

**NOTA 15 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS**

O saldo desta rubrica representa a parcela utilizada de um empréstimo sob a forma de conta corrente caucionada, contratada com o Banco Comercial do Atlântico até ao montante máximo de mESC 20 000 contratado em Junho de 2015, por um período de 6 meses, renovável. Vence juros à taxa anual de 7%. O Empréstimo encontra-se garantido por um penhor sobre o depósito a prazo no montante de mESC 22 000 (ver Nota 8).

**NOTA 16 – FORNECEDORES**

Esta rubrica compreende:

	mESC	
	2015	2013
<b>Saldos credores</b>		
ELECTRA	13 396	14 163
Jornal A Semana	2 239	2 239
CV Telecom	1 862	2 080
ASA-Praia	1 508	1 754
SILMAC	1 079	999
Escher Group	-	3 296
Outros	7 038	7 302
	<u>27 122</u>	<u>31 833</u>
<b>Saldos devedores</b>		
Adiantamentos a fornecedores	<u>176</u>	<u>770</u>

O saldo a pagar à ELECTRA resulta do fornecimento de energia e água. Inclui mESC 14 163 transitados de 2014, acrescidos do valor das facturas de fornecimentos referentes a 2015, no montante de mESC 5 264, e deduzidos de pagamentos de mESC 6 031.

**NOTA 17 – Estado e Outros Entes Públicos (Credor)**

O saldo credor desta rubrica decompõe-se como segue:

	<b>mESC</b>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Retenção de impostos sobre rendimentos <b>(i)</b>	2 270	2 380
Contribuições para a Previdência Social <b>(i)</b>	6 540	6 704
Tributação autónoma	1 480	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	621	621
Outros	256	282
	<b>11 167</b>	<b>9 987</b>

**(i) Imposto único sobre rendimentos/Contribuições para a Previdência Social**

Correspondem, essencialmente, aos processamentos das (a) retenções efetuadas no processamento de remunerações do pessoal e (b) contribuições da Sociedade para a previdência social para entrega ao Estado, referentes ao mês de Dezembro.

**NOTA 18 - ACCIONISTAS**

O saldo desta rubrica, transitado do exercício anterior, representa os dividendos referentes ao exercício de 2001 atribuídos ao Estado de Cabo Verde e ainda não liquidados.

**NOTA 19 – OUTRAS CONTAS A PAGAR**

		<b>mESC</b>	
		<b>2015</b>	<b>2014</b>
Direcção Geral do Tesouro	<b>(i)</b>	88 269	81 798
Estado - Indemnização de Cisão	<b>(ii)</b>	78 935	78 935
Administrações estrangeiras - serviços postais internacionais (ver Nota 7 (i))		65 949	51 863
Cabo Verde Telecom, Sarl	<b>(iii)</b>	53 441	49 679
Encargos com férias e subsídio de férias e pre-reformados a pagar no ano seguinte e s (ver Nota		27 099	29 978
Fundos CECV	<b>(iv)</b>	35 679	11 301
TACV		952	9 003
Produtos da CV Telecom à consignação	<b>(v)</b>	13 801	-
Money Gram	<b>(vi)</b>	13 783	8 270
Exatorias			6 395
Ministério das Finanças	<b>(i)</b>	5 967	6 024
Caixa Nacional de Pensões de Portugal	<b>(i)</b>	5 176	5 901
Credores por pagamentos diferidos	<b>(vii)</b>	4 214	3 870
Outros, inferiores a mESC 4 000		15 773	14 482
		<u>409 038</u>	<u>357 499</u>
Operações com vales (Nota 7 (xiv))		<u>16 778</u>	<u>50 615</u>
		<u>425 817</u>	<u>408 115</u>

**(i) Direcção Geral do Tesouro (DGT) / Ministério das Finanças / Caixa Nacional de Pensões de Portugal**

Representam os adiantamentos efetuados à Sociedade pela DGT, Ministério das Finanças e pelo Banco Interatlântico para pagamento aos pensionistas (a) das FAIMO e da Função Pública e (b) da Caixa Nacional de Pensões de Portugal, respectivamente, deduzidos dos pagamentos entretanto efetuados até à data do balanço.

**(ii) Estado de Cabo Verde**

Nos termos do Protocolo Nº 1/96, de 29 de Novembro, o Estado de Cabo Verde assumiu-se como devedor dos CORREIOS pelo montante de mESC 336 483, a título de compensação pela previsível insuficiência de resultados operacionais no âmbito do processo de cisão da Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações (CTT, EP). Este valor foi calculado tendo por referência a insuficiência de resultados operacionais dos CORREIOS para o período de 1996 a 2000.

Em resultado de recebimentos e encontros de contas entretanto efetuados com o Estado de Cabo Verde ao longo dos anos, a conta apresentava em 2006 um saldo devedor de mESC 14 538. Tendo o Estado de Cabo Verde feito, em 2007, um pagamento no valor de mESC 93 473, esta rubrica passou a apresentar um saldo credor de mESC 78 935. Devido a não estarem definidas as condições de reembolso deste valor não se procedeu ao cálculo do seu valor descontado.

**(iii) Cabo Verde Telecom (CVT)**

O saldo desta rubrica corresponde, ao valor das cobranças de facturas por conta da CVT referentes, essencialmente, ao mês de Outubro, Novembro e Dezembro de 2015, nos montantes de mESC 19 663, mESC 17 828 e mESC 19 942, respectivamente, líquido de mESC 3 021 relativos à comissão de 4.5% sobre cobranças a que a Sociedade tem direito.

Nos termos do Acordo de prestação de serviços assinado entre as partes em Janeiro de 2014, as cobranças mensais efetuadas nas Estações devem ser depositadas na conta bancária da CVT até ao dia 15 do mês seguinte.

**(iv) Fundos CECV**

Compreendem fundos da Caixa Económica de Cabo Verde nas agências dos Correios de Cabo Verde (ver Nota 12).

**(v) Produtos da CV Telecom à consignação**

São vários produtos colocados nas agências à consignação para venda nos balcões dos Correios. Saldo de igual montante é apresentado no passivo (ver Nota 7).

**(vi) Money Gram**

Representa o bónus da renovação do contrato no valor de 25 000 Euros e os adiantamentos no valor de 5 000 Euros atribuídos em 2013 e 5 000 Euros em 2015, para fazer face aos pagamentos das transacções.

**(vii) Credores por pagamentos diferidos**

O saldo desta rubrica compreende encargos referentes ao exercício a liquidar no exercício seguinte, relacionados, essencialmente, com (ii) transporte de malas pelos TACV, no montante de mESC 1 630 (2014: mESC 1 213) e (i) serviços de Auditoria e de Fiscal Único, no valor total de mESC 2 420 (2014: mESC 2 500).

**NOTA 20 – DIFERIMENTOS PASSIVOS**

O saldo resume-se como segue:

	mESC	
	2015	2014
Subsídios para investimentos (Doações)	4 617	7 547
Aluguer de caixas apartados a reconhecer no exercício seguinte	<u>1 855</u>	<u>1 487</u>
	<u>6 472</u>	<u>9 034</u>

Os subsídios para investimentos representam a contrapartida do custo dos activos fixos tangíveis doados à Sociedade pela UPU Internacional, no âmbito do Fundo de Melhoria Qualidade de Serviços (ver Nota 3), líquido das respectivas depreciações acumuladas. As depreciações do exercício dos bens doados ascenderam a mESC 2 930 e encontram-se compensadas em Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 27).

**NOTA 21 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS**

	mESC	
	2015	2014
<b>Vendas</b>		
Embalagens	4 416	4 784
Produtos filatélicos	1 733	2 219
Cartões postais	486	898
Outros	618	911
	<u>7 253</u>	<u>8 812</u>
<b>Prestação de serviços</b>		
Prémios e quota parte	36 757	34 461
Receitas e encomendas postais	34 202	31 847
Express mail / E.M.S.	29 775	23 010
Serviços prestados à FAIMO	20 324	20 160
Selos e outros valores postais	17 415	19 941
Avenças cobradas	14 490	14 298
Vinhetas de encomendas	10 946	11 701
Comissões sobre cobranças de faturas	10 724	13 731
Serviços prestados à CECV	10 212	9 658
Direitos terminais	9 651	10 229
Receitas de caixas de apartado	9 072	11 962
Comissão Novo Banco	7 304	4 854
Serviços de telecomunicações	3 511	4 177
Serviços prestados à FAMR	3 000	2 978
Serviços prestados à Direcção Geral das Alfândegas	2 390	2 977
Serviços TMO/EUROGIRO	2 227	3 144
Serviços prestados à Garantia	1 940	1 799
Prémios de vales	1 918	1 985
Comissões sobre venda de produtos da CVT	1 906	2 320
Outros	2 412	3 619
	<u>230 176</u>	<u>228 851</u>
	<u>237 429</u>	<u>237 663</u>

**NOTA 22 – GANHOS/PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS**

O saldo desta rubrica corresponde à quota-parte no resultado líquido da associada Caixa Económica de Cabo Verde (2014: mESC 34 520). Em 2014, o saldo incluía ainda perdas referentes ao Novo Banco no valor de mESC 18 425 (ver Nota 6).

Os dividendos recebidos da Caixa Económica de Cabo Verde em 2015 ascenderam a mESC 25 290 (ver Nota 6).

**NOTA 23 – SUBCONTRATOS**

Os subcontratos compreendem os seguintes serviços prestados à Sociedade:



	mESC	
	2015	2014
Serviços postais	6 914	7 151
Serviços de telecomunicações	1 276	1 510
Serviço Eurogiro	2 646	2 646
Serviço vales	587	918
	<u>11 424</u>	<u>12 226</u>

**NOTA 24 – GASTOS COM MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS**

O saldo desta rubrica foi apurado como segue:

	mESC	
	2015	2014
Inventário inicial (ver Nota 9)	23 609	24 322
Compras	6 768	9 209
Inventário final (ver Nota 9)	<u>( 18 676)</u>	<u>( 23 609)</u>
	<u>11 701</u>	<u>9 922</u>

Este gasto corresponde, essencialmente, às vendas de embalagens, envelopes, selos e produtos filatélicos.

**NOTA 25 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

Esta rubrica é composta como segue:

		mESC	
		2015	2014
Transporte de malas	(i)	14 468	13 005
Electricidade		8 293	8 908
Vigilância e segurança	(ii)	6 960	6 773
Comunicação	(iii)	5 294	6 213
Publicidade e propaganda		8 024	4 811
Serviços diversos		4 728	3 887
Deslocações e estadias		1 659	3 460
Trabalhos especializados		5 979	4 495
Combustíveis		2 999	3 044
Conservação e reparação		2 894	5 404
Água		2 217	1 929
Honorários		1 116	668
Rendas e alugueres		585	1 235
Outros (inferiores a mESC 1 500)		6 329	5 646
		<u>71 545</u>	<u>69 478</u>

**(i) Transporte de Malas**

O aumento verificado na rubrica de transportes de malas de correio é explicado, essencialmente, pela actualização do tarifário das transportadoras.

**(ii) Vigilância e segurança**

Incluem, essencialmente, gastos com as empresas Silmac (cerca de mESC 6 000) e Sonasa (cerca de mESC 500) referentes à segurança efetuada nas instalações da Sociedade.

**(iii) Comunicação**

Inclui, essencialmente, gastos com telefone e internet dos serviços centrais e estações.

**NOTAS 26 – GASTOS COM O PESSOAL**

	mESC	
	2015	2014
Ordenados e salários	141 860	151 167
Remunerações adicionais	36 631	36 991
Encargos sobre remunerações	26 897	27 923
Outras despesas com o pessoal	5 971	15 601
	<u>211 359</u>	<u>231 682</u>
Número médio de empregados	<u>180</u>	<u>195</u>

Os encargos com férias, subsídio de férias e respectivos encargos com a previdência social, nos montantes de mESC 11 066 (2014: mESC 12 698), mESC 11 179 (2014: mESC 11 517) e mESC 3 637 (2014: mESC 3 824), respeitantes ao exercício de 2015 a pagar em 2016 (ver Nota 19) integram as rubricas de Ordenados e salários, Remunerações adicionais e Encargos sobre remunerações, respectivamente. A rubrica de Remunerações adicionais inclui ainda o montante de mESC 11 822 (2014: mESC 12 098), referente ao prémio de produtividade.

A diminuição registada em Ordenados e salários deve-se ao impacto da adesão dos 18 trabalhadores em pré-reforma (ver Nota 14).

A diminuição verificada em Outras despesas com o pessoal deve-se, essencialmente, ao pagamento de indemnizações a 3 trabalhadores que rescindiram o contrato de trabalho por mútuo acordo em 2014.

**NOTA 27 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS**

	mESC	
	2015	2014
Rendas de propriedades de investimentos	17 752	18 336
Dividendos referentes a participações financeiras (ver Nota 6)	5 837	6 648
Diferenças de câmbios favoráveis	1 548	676
Compensação de amortizações dos bens do activo tangível, doados à Sociedade (ver Notas 1.1 e 20)	2 895	2 816
Ganhos com alienação de activos tangíveis (ver Nota 3)	1 042	-
Ganhos com alienação de activos financeiros (ver Nota 6)	-	45 061
Outros ganhos	1 016	970
	<u>30 090</u>	<u>74 507</u>

O aumento da rubrica compensação de amortizações dos bens do activo tangível deve-se aos equipamentos doados em 2014 pela UPU Internacional (ver Nota 3).

**NOTA 28 – OUTROS GASTOS E PERDAS**

Discriminam-se como segue:

	mESC	
	2015	2014
Impostos directos e indirectos	5 582	4 807
Tributação autónoma	1 480	-
Quotizações obrigatórias	4 631	3 305
Regularização do activo intangível	-	6 158
Outros	3 798	2 288
	<u>15 491</u>	<u>16 557</u>

As quotizações compreendem, essencialmente, quotas anuais devidas à (i) AICEP – Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa (mESC 827), (ii) UPU – União Postal Universal (mESC 2150) e (iii) pagamento licença anual a Escher (mESC 1 654)

No exercício de 2014, a regularização de activo intangível refere-se à anulação do investimento relacionado com o projecto Integrado Pluriennial dos recursos da União Postal Universal e dos Correios de Cabo Verde, que vinha a transitar de exercícios anteriores (ver Nota 5), entretanto descontinuado.

**NOTA 29 – GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÕES E DE AMORTIZAÇÕES**

O saldo de mESC 34 040 (2014: mESC 30 412) compreende mESC 28 891 (2014: mESC 30 104) de depreciação do exercício de ativos fixos tangíveis (ver Nota 3), mESC 308 (2014: mESC 308) de depreciação de propriedades de investimentos (ver Nota 4) e mESC 4 841 de depreciação do exercício de ativos intangíveis.

**NOTA 30 – JUROS E GANHOS SIMILARES OBTIDOS**

O saldo representa juros de depósitos a prazo (ver Nota 12).

**NOTA 31 – IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO**

A conciliação do resultado contabilístico e do resultado fiscal resume-se como segue:

	<u>mESC</u>		
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Resultado antes de impostos</b>	( 32 708)	( 88 018)	( 74 874)
<b>A (deduzir)/ adicionar</b>			
Provisões para além do limite legalmente aceite / já tributada	( 1 140)	50 272	-
Dividendos recebidos - participações não valorizadas ao MEP	( 5 837)	( 6 648)	( 7 862)
Tributação autónoma	( 1 480)	-	-
Aumento (diminuição) de justo valor em participações financeiras	-	101	4 261
Rendimentos derivados de alienação de participações financeiras	-	( 45 061)	-
Gastos (rendimentos) da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	<u>( 63 805)</u>	<u>( 16 094)</u>	<u>( 6 811)</u>
Resultado fiscal	<u>( 104 970)</u>	<u>( 105 448)</u>	<u>( 85 286)</u>

Os efeitos resultantes da adoção do Método de Equivalência Patrimonial e do Justo valor na mensuração das participações financeiras, bem como os dividendos recebidos das participações valorizadas ao custo de aquisição e os ganhos com a alienação de participação não têm relevância fiscal.

Apesar do resultado fiscal negativo, não foram contabilizados os respectivos Impostos diferidos no montante de cerca de mESC 27 000 (2014: cerca de mESC 22 000) devido à imprevisibilidade da sua recuperação, na medida em que uma parte significativa dos rendimentos da Sociedade não é sujeita a tributação. O valor do reporte fiscal acumulado ainda disponível para utilização totaliza o montante de cerca de mESC 296 000 e os respectivos Impostos Diferidos de cerca de mESC 75 000 não foram contabilizados devido ao acima referido.

**NOTA 32 – RESULTADO POR ACÇÃO BÁSICO**

O resultado básico por acção é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas pelo número de acções, como segue.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado atribuível aos accionistas (mESC)	( 34 188)	( 88 018)
Número de acções	<u>300 000</u>	<u>300 000</u>
Resultado por acção básico (ESC)	<u>( 114)</u>	<u>( 293)</u>

**NOTA 33 - GARANTIAS**

As Garantias prestadas pela Sociedade relacionam-se com financiamentos obtidos e encontram-se descritas na Nota 15.

**NOTA 34 – PARTES RELACIONADAS**

(i) Os principais saldos e transacções ocorridas em 2015 e 2014 entre a Sociedade e partes relacionadas sumarizam-se nos quadros seguintes (em mESC):

	2015				
	Balanço			Demonstração de resultados	
	Outras Contas a receber (Ver Nota 7)	Clientes (ver Nota 10)	Outras Contas a pagar (ver Nota 19)	Prestação de serviços (Gastos) / Rendimentos	Forn. e serv. externos
Direcção Geral do Tesouro	4 405	14 103	173 810	26 117	-
Cabo Verde Telecom	1 294	492	55 303	12 629	( 5 294)
Caixa Económica de Cabo Verde	4 155	4 035	25 679	10 212	-
Garantia	4 773	-	-	1 940	-
	<u>14 627</u>	<u>18 630</u>	<u>254 792</u>	<u>50 898</u>	<u>( 5 294)</u>

	2014				
	Balanço			Demonstração de resultados	
	Outras Contas a receber (Ver Nota 7)	Clientes (ver Nota 10)	Outras Contas a pagar (ver Nota 19)	Prestação de serviços (Gastos) / Rendimentos	Forn. e serv. externos
Direcção Geral do Tesouro	13 924	12 000	166 757	26 802	-
Cabo Verde Telecom	1 144	373	51 759	16 624	5 654
Caixa Económica de Cabo Verde	5 245	2 674	-	9 658	-
Garantia	3 653	-	-	1 799	-
	<u>23 966</u>	<u>15 047</u>	<u>218 516</u>	<u>54 883</u>	<u>5 654</u>

(ii) Não existem transacções com os Administradores.

(iii) As remunerações dos Administradores incluídas na rubrica de Gastos com o pessoal ascendem a mESC 9 621 (2014: mESC 10 254, tendo ainda sido atribuído subsídio natal, no valor de mESC 619).

**NOTA 35 - OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO REGIME DE ACRÉSCIMO**

	mESC	
	2015	2014
<b>Acréscimos de gastos</b>		
Acréscimos por férias (ver Nota 19)	27 099	29 978
Credores por pagamentos diferidos (ver Nota 19 (vii))	4 214	3 870
Outros credores por pagamentos diferidos (ver Nota 7 (i))	9 969	7 561
	<u>41 282</u>	<u>41 409</u>
<b>Acréscimos de rendimentos</b>		
Outros devedores por pagamentos diferidos (ver Nota 7 (i))	14 226	10 062
Juros de depósitos a prazo (ver Nota 7 (xi))	2 846	2 919
Rendas de espaços (ver Nota 7 (xii))	1 762	2 060
	<u>18 834</u>	<u>15 041</u>
<b>Diferimentos de rendimentos</b>		
Subsídios para investimentos (ver Nota 20)	4 617	7 547
Aluguer de caixas apartados (ver Nota 20)	1 855	1 487
	<u>6 472</u>	<u>9 034</u>
<b>Diferimentos de gastos</b>		
Seguros e outros	<u>308</u>	<u>260</u>

**NOTA 36 - CONTINGÊNCIAS**

Além das referidas nas Notas anteriores, não são do conhecimento da Sociedade outras situações que possam gerar custos futuros e que como tal devessem ser provisionados ou relatadas.

**NOTA 37 - RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO**

Não existem responsabilidades e compromissos de valor significativo não incluídos no balanço.

**NOTA 38 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**

Não existem divulgações exigidas por diplomas legais a divulgar.

**NOTA 39 - EVENTOS SUBSEQUENTES**

Desde a data do fecho de contas até esta data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as demonstrações financeiras apresentadas.





**11.4 Parecer do Fiscal Único**